

II CONFERÊNCIA NACIONAL DO MES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

Em Cuba (Beja), numa propriedade ocupada há meses pelo povo, teve lugar nos passados dias 31 de Julho e 1 de Agosto, a II CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA do Movimento de Esquerda Socialista.

Presentes, além de 5 membros do Comité Central do MES e dos nossos quadros militantes mais empenhados na coordenação da nossa acção ao nível da luta nos campos de Norte a Sul, muitos camaradas militantes e aderentes que trabalham em herdades colectivas e cooperativas dos distritos de Reforma Agrária.

Foi lida uma saudação e informação sobre a situação política actual por um camarada do Secretariado do Comité Central.

Seguiu-se a discussão dos temas que faziam parte da ordem de trabalhos, sob o signo da necessidade de **unificação e definição de uma linha política para a actual fase da luta de classes ao nível dos campos.**

Foi com base no debate colectivo sobre as várias experiências parcelares e locais em que os militantes do MES estão ou estiveram empenhados, que durante dois dias foram abordados os seguintes temas:

I — A Reforma Agrária. Sua importância e estado actual. Objectivos de luta nesta fase.

II — A luta do campesinato sobre.

III — Organização dos trabalhadores rurais e camponeses pobres: os Sindicatos, as Cooperativas, outras formas de associativismo e organização.

IV — Balanço da intervenção do MES nos campos. Objectivos prioritários de acção.



com garantia de escoamento da produção;

— Lutar pela criação de um subsídio de desemprego que ocupe os desempregados em obras de melhoramento das comunidades locais.

CONDIÇÕES PARA O ÊXITO DA RESISTÊNCIA POPULAR

— Democraticidade interna

— Constituição de Unões de Cooperativas

Mas estes objectivos só são possíveis de impor se as massas trabalhadoras impuserem o funcionamento democrático a todos os níveis;

— Se internamente às cooperativas houver capacidade de decisão colectiva e a ligação entre as Comissões directivas e os restantes cooperantes for uma realidade;

— Se entre as várias cooperativas se encontrar regionalmente formas de coligação através de Unões de Cooperativas, que permitam a repartição do excedente entre as várias cooperativas, e represente um bastião da Resistência Popular às manobras antipopulares da recuperação da Reforma Agrária do PCP caracterizada pelo seu controlerismo, pela tentativa de manipulação dos órgãos dos trabalhadores, pela falta de democraticidade da sua actualiação, pela tentativa de marginalização dos elementos mais activos (veja-se os elementos mais progressistas que apoiam a candidatura de Oteio, cujo saneamento está a ser tentado pelos revisionistas).

Situação actual da Reforma Agrária

PERSPECTIVAS DE LUTA

A Reforma Agrária representa uma das principais conquistas do processo revolucionário. É, portanto, em torno dele que se vai jogar uma batalha decisiva de resistência e avanço do movimento popular contra a actual ofensiva da burguesia.

ESTRATÉGIA DA BURGUESIA

Na actual fase e nos tempos mais próximos a estratégia da burguesia não consiste em destruir a Reforma Agrária, mas procura:

— **controlá-la** — impedindo a afirmação do poder dos trabalhadores;

— **limitá-la** — bloqueando o seu avanço mesmo nas zonas do sul;

— **isolá-la** — cavando a barreira entre os operários agrícolas/os pequenos agricultores/os trabalhadores da cidade;

— **integrá-la** — não permitindo que escape aos mecanismos de controlo capitalista de forma a torná-la útil ao desenvolvimento do capitalismo no seu conjunto.

ASPECTOS DA LUTA A TRAVAR — PAPEL DO MES E DOS GDUP'S

Na fase que se irá travar, a luta a ser travada passa essencialmente pelo reforço da organização existente e criação de formas superiores, de molde a garantir a resistência aos ataques que surgirão.

Assim, o reforço da organização de cada cooperativa passa pela democracia interna dentro da cooperativa, pela discussão e mobilização de todos sobre os jiferentes problemas que surgem. Ao mesmo tempo

há que caminhar para o aproximar das várias cooperativas de uma zona na tentativa de formação de Unões de Cooperativas para a luta conjunta contra os obstáculos já referidos e ainda por:

— não discriminação dos salários em particular o das mulheres;

— não pagamento dos mais 17 por cento à Previdência;

— a Previdência ao seu serviço, em especial na assistência à velhice;

— dificuldades técnicas de introdução de novas culturas, aquisição de máquinas próprias, dificuldades de comercialização de produtos em condições vantajosas (lembre-mo-nos que também o Estado é o principal intermediário das culturas cerealíferas mais importantes nas zonas da Reforma Agrária).

OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS DE LUTA

— Cimentar a organização

— Fortalecer a unidade de classe

— Resistência Popular.

A luta pela defesa da Reforma Agrária, passa hoje pela necessidade de **cimentar a organização** encontrada ao longo destes dois anos de intensa luta de classes; de encontrar e **fortalecer a unidade de classe** do proletariado rural, que lhe permita resistir ao avanço da burguesia e à recuperação capitalista da actual crise.

A luta pela defesa da Reforma Agrária é uma luta de resistência, onde as Cooperativas, as Unões de Cooperativas, as Comissões de Trabalhadores de Herdade, os Sindicatos, deverão representar as formas de organização capa-

zes de agregar em seu redor largas camadas de trabalhadores rurais e pequenos agricultores, captados ao longo deste período para posições revolucionárias.

LUTA ENTRE O PS E PCP

A luta entre o PS e PC, tentando controlar todas as movimentações com o objectivo de alargamento de clientelas, a mais não conduz do que à **divisão**, no seio dos trabalhadores, a **desmobilização dos elementos** mais activos, ao enfraquecimento das posições mais avançadas.

As posições do PS e PCP ficam bem visíveis ao analisarem conjuntamente com o PPD o Pacto sobre a Reforma Agrária.

O PACTO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA «COLABORAÇÃO» ACORDADA ENTRE OS PARTIDOS DO VI GOVERNO

Este Pacto entre os Partidos consignou as seguintes medidas:

— proibição das ocupações de terras.

— possibilidade de desocupação de latifúndios.

— atribuição do direito de reserva a todos os proprietários, independentemente de vierem ou não a cultivar a terra.

— impedimento de expropriação dos prédios rústicos com menos de 30 ha;

— garantia de indemnização ao agrários;

— limitação da zona de intervenção da Reforma Agrária aos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal e pequena parte de Santarém e Faro.

De aí para cá, continuaram as manobras destes Partidos. Na tentativa do alargamento da sua influência.

Hoje, uma grande massa de trabalhadores rurais começa a compreender o beco sem saída a que os leva a política de conciliação e de cedências do PS e do PCP.

A **ânsia de unidade das massas trabalhadoras**, estes Partidos têm respondido com a divisão e as negociações nas costas e em detrimento dos próprios trabalhadores.

A **combatividade das massas trabalhadoras**, estes Partidos têm respondido com a negociação de gabinete.

Sendo a Reforma Agrária obra de todos os trabalhadores e também dos pequenos agricultores pobres que constituíram as novas unidades de produção, não pode nunca ser como um «objecto» à disposição do PCP que a negocia com um Governo PS em troca de vantagens pontuais e locais para o seu aparelho partidário, em detrimento dos interesses reais dos trabalhadores.

Todas as tentativas de imposição de critérios partidários para o saneamento de elementos válidos das cooperativas têm de ser combatidos e denunciados.

As massas populares deverão reforçar a sua organização de forma a responder, em cada momento, aos avanços da burguesia.

EXIGÊNCIAS IMEDIATAS

As massas populares terão que:

— Dizer não às desocupações dos latifúndios, não ao direito de reserva, não às indemnizações aos latifundiários.

— Lutar pela manutenção do Crédito Agrícola de Emergência a uma taxa de 4 por cento e exigir a não cobrança até final do corrente ano agrícola do Crédito concedido para salários e factores de produção (como foi recentemente ordenado pelo Ministério da Agricultura e Pescas).

— Lutar pela criação de um sistema de crédito para investimento, com pagamentos a médio e a longo prazo; pelo seguro de colheitas e culturas contra eventuais acidentes; por preços de campanha previamente estabelecidos e

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome: _____

Morada: _____

Localidade: _____ Profissão: _____

JORNAL SEMANAL _____ todas as 4^{as} feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I. - 132, Lisboa telefone 66 26 23

Composição e Impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

EDITORIAL

A fase actual da luta política caracteriza-se por uma democracia burguesa limitada.

A aguda fase de luta de classes que se abriu com o 25 de Abril de 74 e que teve o seu epílogo no 25 de Novembro de 75 saldou-se pelo estabelecimento de um Estado Democrático-Burguês.

Esta situação representa sem dúvida uma vitória momentânea para as forças burguesas e o restabelecimento das condições políticas para a restauração da ordem económica capitalista e da interferência do imperialismo.

Mas o Estado democrático-burguês representa sempre um compromisso entre as classes. Reflete a resistência da classe operária e do povo e, como tal consagra em termos legais e tolera em função do equilíbrio de forças a organização dos trabalhadores (sindicatos, organizações populares de base, cooperativas, etc).

É neste quadro que a direita reacçãoária e fascista, apoiada no imperialismo, procura afirmar posições, através do restabelecimento da sua influência nas Forças Armadas e no seio das instituições democrático-burguesas. O golpismo militar cede o passo ao golpismo legal. A sombra do «Estado de Direito» e espreitando a agudização da crise económica as forças da direita reacçãoária e fascistas (CDS, PPD, CIP, CAP) preparam pacientemente o terreno para a limitação da democracia burguesa, quer pressionando a adopção de legislação que regulamente de uma forma reacçãoária o que a Constituição consagra de progressista, quer através da repressão policial, que exigirá se abata sobre o povo em nome da salvaguarda da «liberdade» e da «democracia».

As forças da direita e do fascismo continuam a ser o inimigo principal.

Apoiadas numa componente das Forças Armadas, que adquire de novo importância política e militar, essas forças são inimigas declaradas da classe operária e do povo, das suas organizações de classe e dos partidos progressistas e revolucionários que representam do ponto de vista político os interesses das largas massas de explorados e oprimidos.

REFORÇAR A UNIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS EM TORNO DO MUP

Por outro lado as forças reformistas-burguesas e revisionistas (PS e PCP) receberam nas últimas batalhas políticas uma poderosa lição de amplas camadas da classe operária e do povo. Os resultados eleitorais das Presidenciais e a movimentação popular contra o regresso de Spínola são um índice seguro de uma significativa deslocação consciente, para o campo revolucionário, de sectores populares até hoje debaixo da direcção reformista e revisionista.

Cada vez se torna mais claro que a classe operária e o povo não confiam no jogo parlamentar para enfrentar o seu inimigo de classe.

Cada vez ganha mais sentido político e maior importância estratégica, para o combate consequente contra a direita reacçãoária e fascista, a constituição e desenvolvimento do Movimento de Unidade Popular.

A análise concreta do amplo movimento de massas desencadeado nos meses de Verão deste ano confirmam, no essencial, as nossas posições políticas e não traíram a confiança que depositamos na força de uma política consequente de unidade entre os revolucionários e destes com a classe operária e o povo.

Nós sustentámos e a movimentação de massas confirmou que, nas condições concretas da nossa Revolução, havia lugar para uma alternativa revolu-



cionária com a sua expressão orgânica, ideológica e política próprias, independente do reformismo e revisionismo. O nosso Partido assume, pois, até às últimas consequências, sem triunfalismo, a sua responsabilidade na condução desse processo e bater-se-á para consolidar a unidade já alcançada. Seremos intransigentes defensores da unidade daqui para a frente da mesma forma que até hoje, sem esquecer que «a unidade não se constrói escondendo as divergências, mas, pelo contrário, debatendo-as politicamente».

Reforçar a unidade e aprofundar o debate político é para nós uma condição essencial para novos e mais seguros passos na construção do Movimento de Unidade Popular.

Nesta fase, no entanto, é importante salientar que os comunistas e revolucionários têm de combater com uma táctica que corresponda ao grau de avanço da unidade popular alcançada na base.

CORRESPONDER AO AVANÇO DA UNIDADE POPULAR NA BASE

O triunfalismo de algumas forças partidárias que apoiam o Movimento de Unidade Popular resultante da tendência para sobreavaliar as próprias forças e para menosprezar a influência do reformismo e do revisionismo no seio do movimento de massas pode conduzir a graves erros e a desvios que é necessário combater.

A saída da FSP, abandonando o processo de unidade, alerta para a real influência do reformismo e do revisionismo que, patrocinando esta atitude, da FSP, busca arrecadar mais um trunfo, no seu arsenal de propaganda contra o Movimento de Unidade Popular.

O facto consumado que representa esta deserção não deve servir para escamotear o significado da ope-

ração política que ela encobre em estreita articulação com as próximas batalhas políticas e particularmente com as eleições para as autarquias locais.

A táctica do PCP para as próximas eleições tem como um objectivo central isolar o MUP, fazê-lo surgir aos olhos das massas como Movimento divisionista e sem expressão política significativa.

ARTARQUIAS LOCAIS: TOMAR A INICIATIVA

O MES aponta a necessidade de promover plenários dos Moradores para discutir democraticamente o processo de participação nas eleições das Autarquias Locais ao nível de freguesia.

O MES aponta a necessidade dos GDUP's participarem activamente nesses plenários que forem convocados pelos órgãos do Movimento popular, independentemente da própria iniciativa dos GDUP's.

É no seio desses Plenários que se deve lutar pela afirmação de um correcto programa eleitoral e pela constituição de listas que incorporem os melhores e mais representativos elementos da população da freguesia respectiva.

Os GDUP's devem tomar a iniciativa sempre que as organizações de massa (Comissões de Moradores) não estejam em condições de convocar Plenários apresentando propostas de programa e listas de cidadãos a propôr às próximas eleições.

Os GDUP's não podem em circunstância alguma antagonizar-se com os órgãos de massa desde que estes sejam reconhecidos pela população como seus legítimos representantes.

Unidade, Organização e Luta!

MORREU MAO TSÉ-TUNG

Faleceu em Pequim, no passado dia 8, o presidente do Comité Central do P.C.C., Mao-Tsé-tung, grande artífice e principal dirigente da Revolução chinesa.

Rendamos homenagem à sua obra que assinala e ilumina magistralmente o ascenso das lutas de emancipação dos povos asiáticos na primeira metade deste século. Obra que, hoje, cala fundo nos sentimentos e aspirações daqueles povos e que, integrada no pensamento marxista e à luz deste, é património da cultura universal.



CONFEÇÕES BELMONTE

Operários em luta!

29 de Julho. Lá para os lados de Belmonte os operários de uma fábrica de confeções montam piquetes à porta. Resolvemos partir, da Guarda, fazendo os 20 quilómetros que nos separam. A subida para Belmonte deparámos com cerca de 2 dezenas de operários à porta da fábrica.

Identificamo-nos como «Poder Popular» e pedimos que nos contassem a sua luta. Da sua parte um certo desencanto surgiu pelo trabalho dos jornais que sempre lhes deturpam a sua luta. Propomo-nos então levar-lhe o relato escrito para o aprovarem. Distribuímos também alguns exemplares do último número do jornal «Poder Popular» a fim de que se apercebessem de que lado nós estávamos. Mais confiantes, as operárias entregaram a sua palavra a um elemento da Comissão de Apoio à sua luta.

Trata-se da Fábrica de Confeções Belmonte do Manuel Casimiro, um ex-alfaiate, agora promovido a industrial, à custa de salários de fome de 12\$50, 17\$50, 20\$00 e 30\$00 pagos antes e depois do 25 de Abril. Hoje ainda os operários não atingiram o salário correspondente à tabela contractual pois há 14 meses que lhes está a ser pago apenas 4.000 dos 4600 escudos a que têm direito.

Da conversa havida deduzimos que o plano do sr. Casimiro era uma teia bem urdida em que os operários se deixaram enrolar: Disseram-nos elas que a princípio o sr. Casimiro usava uma linguagem sentimental, fazendo-lhes acreditar que a existência de comunistas dentro da empresa a todos acabaria por prejudicar; e, neste sentido o sr. Casimiro haveria

mesmo de conseguir que dois operários ditos comunistas fossem despedidos perante a passividade dos seus camaradas de trabalho. Agora o sr. Casimiro tinha chegado à segunda fase do seu plano que consistia no despedimento dos delegados sindicais. Mas demos a palavra à nossa interlocutora:

«Tudo começou no dia 25 de Junho, pela manhã o patrão chamou ao escritório o mecânico e delegado sindical, sr. Damas, pediu-lhe todas as chaves e destituiu-o das suas funções habituais, entregou-lhe apenas a caldeira, afixando um papel no sítio do relógio, outro junto da caldeira, avisando que não queria que o pessoal entrasse em contacto com ele. O pessoal saiu ao meio-dia e revoltou-se ao ver o papel, pois pretendia que o operário continuasse com o seu trabalho anterior e resolvemos paralisar até que o camarada fosse reintegrado. Fomos ter com os delegados sindicais, para que falassem com o sr. Casimiro para saberem as razões que o tinham levado a agir assim. Então o sr. Casimiro acusou-o de boicote nas máquinas e no relógio, mas nós não concordamos, pois bem sabemos que tudo aquilo era mentira, tanto mais que as máquinas tinham-las todas a trabalhar.

O patrão então ameaçou que quem queria trabalhar, trabalhava e quem não queria ia para a rua a bem ou a mal. O delegado sindical respondeu então que quem queria trabalhar, trabalhava e quem não queria não trabalhava, mas que dali ninguém sairia.

À tarde vieram elementos dos sindicatos de Coimbra e Covilhã e nós concordamos que para a fábrica não conti-

nuar parada, que se resolvesse o problema, com a fábrica a trabalhar. Mais tarde o sr. Casimiro vem a dizer que concordamos com as suas acusações ao delegado sindical, mas foi tudo mentira, o nosso objectivo era resolver o problema por intermédio do sindicato.»

E assim se encontram em paralização há mais de um mês. O patrão diz que os quer render à fome e outras ameaças não faltam, como a vinda de camionetas com provocadores armados, a soldo do patrão, e até de chaimetas para imporem a força do capital.

Andanças muitas, até ao Ministério, dito do Trabalho e ao Instituto Nacional do Trabalho na Covilhã. Porém o patrão mantém-se na sua, pelo que nenhum acordo tem sido possível.

«De resto a nossa luta é pelos objectivos que estão expressos no nosso caderno reivindicativo cujo 1.º ponto é a integração dos dois camaradas que estão suspensos; 2.º ponto é o cumprimento do contrato colectivo de trabalho e o 3.º pagamento do que nos deve ou seja, 27 dias do mês de Junho em que trabalhamos e que ainda não recebemos.»

A GNR também interveio à boa maneira fascista. A propósito da sua intervenção, contam-nos as operárias:

«No dia 28 à noite, chamou 20 guardas, nós dissemos-lhes que se fossem embora que não eram cá precisos. Vieram da Covilhã e de Castelo Branco.

«A GNR esteve sempre ao lado do patrão: Quando alguns laiaços do patrão e alguns existem entre nós, especialmente dos que trabalham no escritório e no armazém e que são os mais bem pagos, nos

NOTA DA REDACÇÃO

Durante o período em que o «Poder Popular» esteve sem se publicar, recebemos inúmeros textos de células do MES, bem como moções aprovadas em GDUP's e comunicados de Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, Sindicatos, etc.

Por falta de espaço, ou porque perderam actualidade, optámos por não publicar muitos destes textos o que, estamos certos, será por todos compreendido.

A publicação do «Poder Popular» vai de novo tornar-se regular. Assim deverão todos os camaradas começar a participar na sua realização, enviando-nos tudo quanto vos pareça que deva ser publicado: notícias, entrevistas, opiniões, etc.

Entretanto não deixamos de publicar as partes principais de dois trabalhos que nos foram enviados e que, apesar de realizados já há algumas semanas, mantêm vivo o seu interesse e actualidade.

ameaçavam, a GNR nada fazia, mas se eram os nossos que os ameaçavam a eles, logo a GNR afirmava que não lhes podíamos tocar, que tínhamos prisão.»

Os laiaços do patrão, não têm também faltado com as suas provocações, com a tentativa de sabotarem a luta dos seus camaradas de trabalho. Assim foram desmascarados quando tentaram riscar algumas frases que surgiram nas estradas de Belmonte a favor da luta dos operários. Mas não só, pois na própria noite em que os trabalhadores decidiram avançar na sua luta as provocações aumentaram de violência.

Mas voltemos mais uma vez à narração original das próprias operárias: «Na própria noite em que resolvemos fazer piquetes, falámos com a patroa e com alguns empregados de escritório, comunicando-lhes a nossa decisão e ela então perguntou-nos o que é que nós precisávamos. Respondemos que bastava a luz, a água e as casas de banho e que quanto à fábrica não valia a pena ficar aberta. Então eles disseram que se nós ficávamos, eles também ficavam. Mas à meia-noite veio o patrão e primeiro começa o pôr fora os que estavam a comer ao pé do relógio, depois desliga a luz e a água.

Nós tínhamos decidido numa

reunião apresentar o caderno reivindicativo, quando ele lá fosse à fábrica. Então decidimos entrar para falar com ele, lá de dentro vêm vozes: «Gatunos, por causa de vocês é que é isto tudo, vão-se embora» eram os da secretaria com o patrão.

Outros fecham a porta, deixando entrar apenas uns três ou quatro e começaram a bater-lhes, havendo um, um tal Pinho, que atirou com a tesoura a um colega de trabalho. A patroa encontrava-se lá dentro e no outro dia veio queixar-se que lhe tinham lá partido um braço e depois já eram as costelas e agora é clavícula, mas a verdade é que os vizinhos afirmam que às tantas da manhã a ouviam andar em casa em desordem e que o marido a culpo de tudo isto ter acontecido, que o lançava à ruína e ameaçou-a, por fim bateu-lhe e agora vem adizer que foram os empregados que lhe partiram as costelas.

Agora temos um processo em tribunal, pois o patrão quer acusar-nos do mal que fez à mulher.

Mas vocês quando fizerem o jornal, ponham lá que isto é tudo mentira e desmintam estas bocas todas, que nós não fizemos mal à senhora, só houve empurrões de parte a parte comprovado pela GNR; agora eles têm laiaços que andam a espalhar nas outras fábricas

que nós lhes fizemos mal e há camaradas nossos que já não nos querem ajudar.»

O «Poder Popular» perguntou-lhes então que apoias tinham já recebido nas suas lutas. Aqui as operárias mostraram-se entusiasmadas querendo todas falar à uma: «Apoios não nos têm faltado; todos recebidos moções de camaradas nossos de outras fábricas de todo o País; sempre recebido cartas de trabalhadores estrangeiros; e até o Zeca Afonso para aqui nos escreveu a pôr-se ao lado. Os sindicatos também têm sido incansáveis, desde o 1.º momento têm estado ao nosso lado.»

O «Poder Popular» ficou satisfeito de se deslocar a Belmonte, uma vila da Beira Baixa onde as lutas dos trabalhadores começam a despontar. Naquela região, foi a 1.ª luta desencadeada contra o poder do capital; e é uma luta exemplar que já se arrasta há mais de um mês. São mais de 160 operários, dos quais cerca de 40 ainda estão do lado do patrão. Mas os trabalhadores vão abrindo os olhos e vendo quais os seus inimigos e os seus amigos e de que lado dá barricada se têm que colocar. A população à volta também não é insensível a esta luta e as posições começam a demarcar-se.

Unidos e organizados contra o capitalismo, o socialismo vencerá!

FIANDEIRA MODERNA

da autogestão à luta pela cooperativa

A Fiandeira Moderna é uma fábrica de fição, nos arredores da Guarda, que se encontra em autogestão depois do 25 de Abril.

Já antes a situação era desastrosa.

«Um ou dois meses antes do 25 de Abril a administração fez aqui a última reunião para nós dizer que iam fechar a empresa por razões económicas. Que já não podiam mais — afirmamos um elemento da comissão de trabalhadores com quem conversámos demoradamente acerca da experiência de luta que os trabalhadores aqui vêm travando desde há 2 anos.

DEPOIS DE 25 DE ABRIL

«A empresa encontra-se, precisamente, a trabalhar porque reabriu o 25 de Abril.

Deu lugar a que se formassem aqui uma comissão de trabalhadores.

A administração teve de abandonar a empresa, porque como vêm ela é nova e eles estavam a construí-la com o dinheiro da Banca. Depois do 25 de Abril, quando nacionalizaram a Banca, ficaram sem a moeda, porque esses senhores é que tinham possibilidade de lá ir buscar o dinheiro. Largaram a empresa, entregaram-no-la.

Ficou aqui dentro ainda o sr. Antunes, que era o chefe geral da empresa, que fez tudo quan-

to quis no tempo da administração e queria continuar a fazer.»

TENTATIVA DE DIVISÃO DOS TRABALHADORES

«O sr. Antunes não pertencia à 1.ª CT, tentou tudo por tudo para nós dividir.

Esse senhor tem um filho que foi para Roubaix, tirar um curso de fição, e a quem a antiga administração estava a pagar 2500\$00. Parece-nos que recebia também uma bolsa de estudos, dessas que antigamente se davam, a quem as não merecia, porque a quem as merecia não as davam, porque esse cavalheiro andou alguns seis ou sete anos para tirar o 2.º ou o 3.º ano.»

Depois aparece cá. A ideia da 1.ª CT a que eu pertencia, era não deixar entrar esse senhor, porque não precisávamos cá de dois técnicos, nem de nenhum, como está à vista.

Este senhor fez uns versos a dizer que o 1.º turno era melhor do que o 2.º, parece que também foi lá treinar-se em poesia... Colocaram os versos no placard e tentam a desunião dos trabalhadores.

Nessa altura foi fácil porque são tudo raparigas de 16 e 18 anos, que agora já as não levamos porque já sabem o que querem.

Fizeram isso tudo para que houvesse um plenário em que alguns elementos destituíssem

a CT, para eles entrarem.

Isso deu-se porque eu pedi a demissão.

E o sr. João Antunes lá entrou!»

PROCESSO DESENLORADO A PARTIR DA 2.ª COMISSÃO DE TRABALHADORES

«O pai, sr. Antunes, e o filho, João Antunes, não conseguiram pôr a empresa a trabalhar — venderam o fio a 600\$00, quando o fio que existia na empresa estava a 75\$00, o que além de prejudicar os trabalhadores desta empresa, prejudicou também os de todas as outras, e não compraram mais matéria-prima.

Vendeu ainda algumas máquinas velhas e tentou vender uma máquina que nós aí temos por 35 000\$00 que só uma cabeça custa 45 000\$00, e a máquina deve ter aí umas 16 cabeças. Portanto eram negócios da China. Com certeza ainda queria ter percentagens porque eles viveram sempre nisso. Estavam mesmo a pôr a empresa de rastros!

Nessa altura os trabalhadores aperceberam-se disso, reuniram e delegaram em mim e mais dois elementos para irmos a Lisboa, vermos o que se passava com a empresa. Dirigimo-nos ao Banco Nacional Ultramarino, que nos tem apoiado bastante, ao Ministério da Indústria também, ao Ministério do Trabalho, para

nos explicarem o que se passava aqui com respeito à Fiandeira. Ouvimos tudo, o Banco Nacional Ultramarino disse que nós apoiávamos o aval de compra de matéria-prima.

Nos explicámos aos trabalhadores o que se pretendia. Estes reuniram em plenário, dissolveram a CT e nomearam uma nova, que é formada pelos três elementos, em que tinham delegado para ir a Lisboa.»

E GANHAVAM ELES 30 CONTOS!

«Entretanto recebemos 2000 quilos de uma empresa para transformar em fio 2/60.

A comissão chamou sua ex.ª o sr. «engenheiro» e disse-mos-lhe que como o pai não estava, se ele se abalançava, ou que ele respondeu que nada tinha a dizer. Respondeu aos trabalhadores com duas pedras na mão. Mas nós perdámos-lhe tudo, porque era um rapaz novo e que podia entrar nos seixos, mas não conseguimos.

Metê a matéria-prima às máquinas, anda 2 meses para fazer 2000 quilos!... E ainda por cima não fabricou o fio em condições, porque era para fazer em 2/60 e deu variações entre 40 e 80. O fio tanto estava a 40 como a 70 e então começou a dizer que era por causa do ar condicionado.

Em todas as máquinas que mexeu, partiu.

Andamos agora a reparar os

erros que eles fizeram, mesmo o pai. Mesmo assim, andamos a produzir 8000 quilos por mês e temos a certeza que vamos a 20 000 quilos.

E ganhavam eles 30 000\$00! Isto aqui está nas mãos dos trabalhadores, isto não segue para lado nenhum e fica onde os trabalhadores quiserem porque quem manda são os trabalhadores, são os que trabalham! Quem dá o aval ao dinheiro é o ouro, mas quem produz o ouro são os que trabalham. No dia em que tentarem voltar isto para outro lado, os trabalhadores que arriem os braços e deem isto para o caixote do lixo.

Além disso há aqui uma ideia, entre alguns elementos da CT, que vamos pôr a todos os trabalhadores, que é acabar com a intervenção estatal, que parece que neste momento nos está a prejudicar.

Segundo o apanhado que nós temos aí da escrita a empresa deve à volta de 45 000 contos, o que significa que deve o seu valor total, desde as paredes, o telhado, etc...

O desejo dos trabalhadores é que isto vá para a frente e que se pague tudo o que a administração não conseguiu.

VAMOS TRANSFORMAR A EMPRESA NUMA COOPERATIVA!

Temos também uma Comissão de Gestão, mas ainda não

foi nomeada, não sei porque. Só com a Comissão de Gestão é que os assuntos bancários, assinaturas e escritas, podem andar.

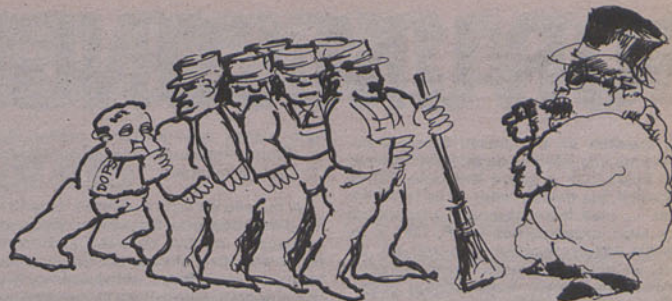
Nessa comissão de gestão, de que já estamos à espera há 3 ou 4 meses que seja nomeada, estava o sr. João Antunes de quem nós queríamos ver se conseguíamos que ele se fizesse homem. E ele, que já por si era um burguês, subiu-lhe a gestão à cabeça, e ainda foi pior, então é que ele se escangalhava todo. Não apoiaria na empresa, tínhamos de lá ir a casa e um dia deitou-se vestido na cama, quando os trabalhadores lá foram para assinar uma letra; a mãezinha disse que ele estava na cama e que aquilo era um pijama, como se nós não soubéssemos o que era um pijama.

Em virtude do atraso que está a haver no ministério, porque sobuemos que tudo isso é manobrado, que é assunto Antunes, talvez atrasando para que haja qualquer conflito ou desunidade entre os trabalhadores, para então chegarem e lançarem a empresa para o caixote do lixo, mas isso de certeza!

Pensamos, assim, reunir os trabalhadores todos numa destas semanas a fim de resolvermos transformar a empresa numa cooperativa. Só assim poderemos enfrentar tudo isto e todos aqueles que nos quiserem destruir.»

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Quem joga na desmobilização?



O QUE AINDA É A CÂMARA

Espalhados por cerca de 300 locais de trabalho, 8.000 trabalhadores com as mais variadas actividades e funções, trabalhando quer em edifícios de pedra e cal, quer simplesmente na rua, «assegurando» serviços fundamentais a uma cidade como Lisboa: abastecimento de leite, limpeza de ruas, mercados, cemitérios, etc. Eis a Câmara de Lisboa!!! Mas não é só esta a realidade da C.M.L.: uma outra, e não menos importante, é a situação de cerca de 70 por cento dos trabalhadores que sobrevivem com vencimentos da ordem dos 5.500\$00 (líquidos); são, pois, dos trabalhadores mais explorados deste país.

Desses 70 por cento, os que meros ganham são precisamente aqueles que executam os trabalhos mais pesados, em piores condições, e durante mais tempo: cantoneiros de limpeza, cozeiros, jardineiros, são disso um bom exemplo. O que não admira, porque numa câmara posta descaradamente ao serviço da burguesia, e não dos moradores pobres, o que acontece é que, dentro dela, se servem os mesmos interesses.

1 — ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA CÂMARA

Face a esta situação, estão hoje em luta os trabalhadores. Porém, são grandes as dificuldades que enfrentam para se organizarem, dado que é praticamente inexistente uma experiência de luta colectiva antes do 25 de Abril; aliás, não foi por acaso que o fascismo sempre lhes negou direitos sindicais (o que, curiosamente, continua a constituir prática de certas forças políticas...). A partir do 25 de Abril, desencadearam-se certas lutas importantes, que foram criando condições para a organização dos trabalhadores. Tal avanço, tem sido, no entanto, muito dificultado pe-

la grande dispersão de locais de trabalho, pelas condições em que este se faz, não esquecendo, também, a existência de contradições entre os trabalhadores, criadas propositadamente pela burguesia (diferentes situações contractuais, leque salarial, diversidade de categorias para a mesma função, grandes diferenças de horário, etc). Apesar disto, existe hoje uma Organização Pró-Sindical dos trabalhadores da Câmara, a qual, porém, também não responde completamente em termos organizativos aos problemas desses mesmos trabalhadores.

2 - A LUTA REINDICATIVA

No passado mês de Julho, foi aprovado em Reunião Geral de Trabalhadores (RGT) um caderno reivindicativo que inclui os seguintes pontos:
 — Horário máximo de 40 horas semanais
 — Entrada de todos os trabalhadores para um quadro único
 — Subsídio de férias e Natal no mínimo de 8.000\$00
 — Subsídio de almoço de 50\$00
 — Concessão de passes de transportes

Perante estas reivindicações, o Presidente da Câmara limitou-se a remeter o assunto para o Ministério da Administração Interna, embora, segundo disse, as considerasse justas. Mas nessa altura o VI Governo vivia os seus últimos dias e não deu qualquer resposta. Tempos depois, já com o Governo do senhor doutor Mário Soares, a luta reacende-se com a aprovação em RGT de 18 de Agosto de 1976, da aplicação imediata da semana das 40 horas em cinco dias, sem prejuízo do funcionamento de serviços essenciais, tais como central leiteira, mercados e cemitérios. Ficou também decidido dar o prazo até 15 de Setembro para a satisfação integral do caderno reivindicativo.

3 - ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

A aprovação deste pro-

grama de luta dá origem a uma resposta do Governo «socialista» do senhor dr. M. Soares que mais uma vez mostra como a máquina de repressão está a ser bem «oleada», no sentido de defender os interesses do capital e atacar as lutas das massas trabalhadoras.

Como no tempo da «outra senhora», o Ministro determina que a Comissão Administrativa da Câmara faça rigoroso e imediato uso da sua competência administrativa e disciplinar, caso os trabalhadores levem por diante as formas de luta aprovadas.

Está já nomeado um juiz para conduzir o inquérito aos trabalhadores, com base nos relatórios que os chefes, por ordem do Presidente da Câmara, elaboraram com a lista daqueles que não assinaram o livro de ponto no sábado, 28 de Agosto.

As medidas repressivas atingem também um chefe de repartição dos Serviços de Urbanização que se coloucou decididamente ao lado dos trabalhadores, e que é «incriminado» pela simples razão de ser incómodo para alguns «senhores» da Câmara.

Mas a solidariedade dos trabalhadores não se fez esperar. Na RGT de 1 de Setembro é aprovada uma moção de apoio a esse chefe, pela atitude que assumiu.

4 - A SITUAÇÃO ACTUAL. A NECESSIDADE DE PERSPECTIVAR E ORGANIZAR A LUTA

Como dissemos atrás, existem na Câmara cerca de 8.000 trabalhadores, dispersos por cerca de 300 locais de trabalho e com condições de vida diferentes.

Esta situação cria naturais divergências e dificuldades na realização da unidade tão necessária ao desenvolvimento da luta, que para ser vitoriosa terá de contar também com o apoio da população.

Por outro lado, a Direcção da Organização Pró-Sindical (DOPS) tem conduzido incorrectamente o processo, por não ter sabido organizar os trabalhadores de forma a responder às exigências da luta e a superar as dificuldades existentes.

A DOPS toma a posição

comoda de que os trabalhadores decidiram e então que se «amanhem», posição que na prática leva à sabotagem da luta reivindicativa e à desmobilização em relação a qualquer tipo de trabalho sindical.

Mas esta situação foi alterada no plenário de 2 de Setembro, em que se decidiu constituir numa próxima um Comité de Apoio à Luta, integrando delegados sindicais, CTs e DOPS.

Este é um passo importante para vencer algumas das dificuldades que têm surgido, dificuldades que é necessário ultrapassar para que a luta possa conduzir à vitória dos trabalhadores mais explorados da Câmara.

Para tal é fundamental o reforço da organização e a discussão em todos os locais de trabalho das diferentes propostas que vão sendo apresentadas, a fim de criar uma crescente mobilização que permita fazer face às medidas repressivas do governo «socialista» do senhor doutor Mário Soares.

A luta continua!

Já depois de redigido este artigo, tivemos conhecimento do comunicado em que a DOPS divulga as decisões tomadas na véspera em plenário (entre as quais «continuar a aplicação das 40 horas semanais») e comunica que, tendo analisado a situação, verificou não haver unanimidade entre os trabalhadores, pelo que suspende esta forma de luta até uma próxima RGT, onde sejam ratificadas as decisões tomadas.

A situação de desmobilização a que se chegou é da inteira responsabilidade da DOPS, que já demonstrou sobejamente ser incapaz de conduzir a luta dos trabalhadores da CML e que se vê agora reduzida ao «democrático» expediente de ter de anular decisões tomadas na véspera em plenário.

Assim não admira que a RGT convocada para decidir «sobre a entrada em greve a partir do dia 15/9/76» tenha contado apenas com a presença de cerca de 200 trabalhadores, pelo que não foi considerada suficientemente representativa para deliberar sobre a ordem de trabalhos.

ACAMPAMENTO DE FORMAÇÃO DO SECTOR ESTUDANTIL DO MES

Duro cerca de três semanas, durante o mês de Agosto, o 1.º Acampamento Nacional de Formação de Quadros do sector Estudantil do MES.

Estiveram presentes grande número de camaradas do sector estudantil e de órgãos dirigentes do nosso partido que, de diferentes formas, apoiaram esta iniciativa e contribuíram para o seu êxito.

Na zona de Trás-os-Montes onde o acampamento se realizou os camaradas participaram activamente nos trabalhos agrícolas, (malhadas, apanha da batata, etc.) e nos contactos com os trabalhadores rurais e camponeses da zona. Assim tivemos oportunidade de fortalecer a nossa combatividade militante na experiência da dureza do trabalho no campo e no conhecimento prático da miséria dos camponeses, para além do tipo de contradições que definem determinadas zonas do nosso país.

Depois do trabalho manual quase até ao fim do dia, a discussão política impôs-se como uma necessidade premente para a formação de quadros e o aprofundamento da nossa linha táctica no próximo ano.

Faltará referir que o tipo de relações que se estabeleceu excedeu tudo o que se poderia esperar tanto no que diz respeito à mais completa integração e espírito de solidariedade.

Assim o Acampamento constituiu um marco para o sector que levará a um profundo reforço organizativo e coesão partidária e ao assumir do homem revolucionário cujo modo de comportamento perante os outros homens e a natureza, que demonstra na sua prática diária, é inseparável da opção de classe que fizemos e ao assumir consequente dessa opção.

CORUCHE

Jaime Neves apoia latifundiário

Com o 25 de Abril os trabalhadores dos campos organizaram-se e avançaram na ocupação das terras dos grandes latifundiários, que toda a vida os haviam explorado levando assim à prática a Reforma Agrária.

Com o 25 de Novembro estes senhores, que anteriormente se haviam organizado na CAP, ganharam ainda mais força e fazem hoje tudo por tudo para destruir as conquistas dos trabalhadores dos campos.

Ultimamente em Coruche os senhores da Associação de Agricultores de Coruche, filial da CAP na zona, têm actuado a seu bel-prazer sob a protecção dos homens dos Comandos agredindo delegados sindicais e ameaçando constantemente os técnicos do Centro da Reforma Agrária que no dia a dia lutam ao lado dos trabalhadores pela defesa da Reforma Agrária.

Demonstrando bem o que foi o 25 de Novembro vemos o seu «herói», coronel Jaime Neves, discursando numa festa de homenagem à actuação do seu regimento numa herdade, já nacionalizada mas onde o ex-proprietário se mantém ao abrigo do decreto sobre frutos pendentes, afirmando que era com o maior prazer que se encontrava na casa do homem mais válido de Coruche e que em breve as terras seriam devolvidas aos seus legítimos proprietários.

Perante isto camaradas, devemos manifestar o mais vivo repúdio e tal como fizeram os camaradas da Unidade Colectiva de produção das Casas Novas não devemos permitir a entrada desses senhores nas terras que os trabalhadores ocuparam e onde dia a dia defendem a Reforma Agrária.

Perante isto camaradas é necessário discutir o que se está a passar, organizarmo-nos da melhor forma e combater duramente esses senhores que outra coisa não querem fazer se não explorar aqueles que sempre foram explorados.

POR UM CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS

A questão do Congresso Sindical ganhou uma importância de tal forma grande que, hoje, toda a gente fala dele. Falam não só os que deviam falar — os trabalhadores — mas falam também o patronato e as suas organizações (CAP, CIP) e os partidos representantes, da burguesia, da mais reacção à mais liberal, da mais nacionalista à mais declaradamente enfeudada ao imperialismo.

A reunião geral de sindicatos realizada no passado dia 4 com a presença de 170 sindicatos, dos quais 39 não filiados na Intersindical, veio alterar a situação de impasse e negociatas nas costas dos trabalhadores que se vinha arrastando há lon-

gos meses com evidente proveito para a direita reacção e para todas as forças capitalistas.

A eleição de uma comissão organizadora provisória que estará em vigor até à realização de nova reunião geral de sindicatos a realizar dentro de cinco semanas em que será fixada em definitivo a data do Congresso, aprovado o regulamento e eleita a Comissão Organizadora Nacional definitiva, representa um passo importante para que finalmente se inicie verdadeiramente o processo de verificação e começo — nos locais de trabalho e nas assembleias sindicais.

1.º A carta aberta, o direito de tendência e os objectivos da burguesia

Um dos objectivos centrais da política de recuperação capitalista em marcha é a divisão dos trabalhadores e dos seus órgãos de massa, dos órgãos populares de base aos sindicatos.

A burguesia sabe que se tiver pela frente um movimento operário e popular unido e organizado não poderá fazer vingar o seu programa de exploração, opressão, miséria, nem mesmo mascarado de «socialismo pluralista».

Os sindicatos são órgãos de classe dos trabalhadores criados na luta contra a exploração e a opressão capitalistas e por isso mesmo a burguesia e o imperialismo não têm hesitado em dividir, enfraquecer, limitar quase completamente, ou até mesmo, destruir o movimento sindical. A luta de classes no mundo capitalista está marcada, demasiadas vezes, pelas vitórias da burguesia e do imperialismo que levavam a uma situação em que pontifica o pluralismo sindical como em França e na Itália, por exemplo, ou mais grave ainda, ao controlo total do movimento sindical pelas forças capitalistas dominantes mais reacção, como a AFL-CIO nos EUA, ou mais «progressista» como a LO na Suécia.

No processo histórico de divisão do movimento sindical unitário em vários países capitalistas, têm tido um papel preponderante os agentes directos do imperialismo norte-americano que dominam a CISL, como o sr. Irving Bruhn da CIA. Na CISL — Confederação Internacional dos Sindicatos Livres — têm-se agrupado os sindicatos e centrais sindicais que abertamente fazem o jogo do capital. Em Portugal tem sido igualmente a CISL que desde o início do processo revolucionário tem dirigido, na prática, com o «saber de experiência feito», os principais ataques ao movimento sindical unitário. A testemunhá-lo estão os «conselhos» aos responsáveis sindicais do PS, os cursos de «sindicalismo» para militantes do PS, PPD e outros, as operações de criação de sindicatos paralelos e muitos outros episódios.

É assim que surge de fora do movimento sindical, catapultada para o seu interior aproveitando a ideologia burguesa parlamentarista e a deficiente organização e mobilização do movimento sindical resultante da prática profundamente antidemocrática do PCP no seio dos sindicatos, uma corrente autodenominada de «democrática». Juntando forças como o PS, PPD, PCP (m-l) e MRPP esta corrente ganhou as eleições em cerca de três dezenas de sindicatos, na sua esmagadora maioria, de trabalhadores dos serviços.

A tática seguida, não sem importantes divisões no seu seio, orienta-se para a criação de uma central sindical paralela à já existente. Esta tática comporta três fases de que a «Carta Aberta» é apenas a primeira.

Com efeito na fase actual o que interessa aos divisionistas é confundir os trabalhadores: assim se apresentam em capões da unidade ao mesmo tempo que atacam a unidade, assim atacam a Intersindical como um todo com críticas de direita à actuação do Secretariado da Intersindical, assim no fundo pretendem criar uma situação de facto em que os sindicatos signatários da Carta Aberta apareçam não como um conjunto de direcções sindicais que assinaram vários documentos e participaram em várias reuniões sem disso darem qualquer informação prévia aos trabalhadores que dizem representar, mas antes como uma central sindical em potência.

Numa segunda fase a tática será a de implantar o direito de tendência no seio da central única e dos sindicatos. Esta é uma necessidade, dada a fraqueza da corrente dita democrática, sobretudo nos sindicatos operários, embora as forças mais reacção exijam a divisão do movimento sindical o mais rapidamente possível. O direito de tendência não passa da implantação dos princípios ideológicos da burguesia no seio do movimento sindical. O direito de tendência dividiria os trabalhadores em clientelas políticas partidárias no seio de cada sindicato em vez de os unir como explorados na luta comum contra o capitalismo e o imperialismo. O direito de tendência impediria que em cada sindicato a classe aprovasse o seu programa unitário de luta e teria como único efeito o fraccionamento das direcções sindicais pelos representantes dos partidos políticos, com maior ou menor aceitação no jogo eleitoralista burgues que se cria.

A demonstrar a «ampla democracia» que faz correr as direcções sindicais da Carta Aberta está o caso da direcção dos Escritórios de Lisboa que sem qualquer mandato dos trabalhadores assina declarações em que diz defender o direito de tendência quando os estatutos à face do qual foi eleita não só não o consagram como resultaram de um processo em que a opção nesse sentido foi bem clara!

A terceira fase seria finalmente a divisão do movimento sindical com a criação de uma nova central sindical que mais tarde ou mais cedo iria engrossar as fileiras da CISL. Que nenhum trabalhador se iluda: estes são os objectivos dos que falando em unidade atacam propositadamente a central sindical única confundindo-a com a prática do seu secretariado, dos que denunciando o controlo partidário do PC sobre o movimento sindical apenas aspiram e tomam-lhe o lugar, dos que afinal mais não fazem do que, directa ou indirectamente, o jogo da burguesia e do imperialismo.



2.º O secretariado da Inter-sindical e a posição dos reformistas

Aplicando a linha sindical do PCP o Secretariado da Intersindical não tem fugido às características que a definem: prática cupulista e antidemocrática e defesa de uma linha política de colaboração de classes. Assim temos visto o Secretariado da Intersindical confundir não poucas vezes o direito de tendência com o direito de expressão nas assembleias sindicais e alinhar, também, não poucas vezes, em cores antigrevistas que mais não fazem do que servir os interesses da burguesia e dar alento ao radicalismo esquerdista.

O PCP, tentando pôr em prática a actual versão ilusória e impraticável da linha revisionista de colaboração com a burguesia — a «maioria de esquerda» — tem negociado com o principal porta-voz do processo de recuperação capitalista, na actual fase, o PS, utilizando o seu controlo sobre o movimento sindical como moeda de troca em favor de posições no aparelho de Estado e credenciais no Parlamento burgues.

Deste modo o Secretariado da Intersindical tem contribuído para o êxito parcial da tática da burguesia para dividir o movimento sindical. Abrindo as portas a todo o tipo de críticas de direita — como é

o caso da oposição unidade/unidade, que só pode iludir trabalhadores que, marcados pela posição do Secretariado da Inter que faz nascer a unidade automaticamente da unidade rejeitando na prática a democraticidade dos sindicatos, não vêem, no entanto, que a unidade só é possível juntando à unidade a prática da democracia operária no seio dos sindicatos e que a unidade tão apregoada contra a unidade não passa da apologia do pluralismo sindical — o Secretariado da Intersindical tem tido uma posição de permanente conciliação com as direcções sindicais controladas pelo PS e pelas forças de direita, mantendo-se em intermináveis negociações de cúpula.

A incapacidade de tornar a chantagem feita pelas direcções sindicais da Carta Aberta tem remetido o Secretariado da Intersindical para posições que não são nem de defesa intransigente da unidade sindical e, portanto, da central sindical única, nem de combate firme às tentativas de implantação do direito de tendência no movimento sindical, mostrando claramente o carácter reformista da linha sindical que aplica.

3.º A tática dos revolucionários

Os revolucionários têm sabido assumir as suas responsabilidades no seio do movimento sindical e representam hoje a única força capaz de dirigir com êxito a luta pela defesa intransigente da central sindical única.

No seio do movimento sindical a corrente revolucionária tem força; no entanto, na sua dispersão, nas dificuldades de coordenação da acção e nas posições hesitantes de elementos com ela identificados que favorecem a manobra dos divisionistas, residem as suas principais fraquezas actuais.

Face à actual situação do movimento sindical, a tática dos revolucionários tem de assentar nos seguintes pontos:

a) **Garantir a realização do Congresso sindical este ano**

A tática da burguesia e do imperialismo passa claramente por impedir a possibilidade de reforço da unidade combativa dos trabalhadores e tentando impor a via do «pacto social», isto é, a via em que o capitalismo se solidifica e desenvolve à custa da colaboração activa dos trabalhadores na sua própria exploração em troca das ilusórias migalhas e, sobretudo, debaixo da ameaça do desemprego e da miséria. A direcção do PS tudo fará para impedir a realização do Congresso antes de pôr cá fora todas as leis que tem em preparação, dos despedimentos à greve, do controlo de gestão à contratação colectiva, do horário de trabalho à lei sindical. Os revolucionários tudo devem fazer para que sobre tudo isso o movimento sindical tenha uma posição global de luta antes mesmo do Governo tomar a iniciativa.

Lutando por um Congresso Sindical na luta e para a luta, os revolucionários só podem apontar a realização do Congresso até ao fim do ano como único caminho que pode contribuir para uma resposta segura, coesa, unida e combativa do movimento de massas à política antioperária e antipopular da recuperação capitalista.

Quem quiser saber para além das demagogias quem está e quem não está com os interesses dos explorados que veja porque é que as direcções sindicais da Carta Aberta defendem a realização do Congresso só para o ano que vem e porque é que o Secretariado da Inter se mostra

disposto a ceder neste ponto. Só está verdadeiramente com os explorados quem defende a realização do Congresso a tempo de poder responder às manobras da burguesia!

b) **GARANTIR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS.**

GARANTIR UM CONGRESSO DE TODOS OS TRABALHADORES.

GARANTIR UM CONGRESSO DEMOCRÁTICO.

O Congresso Sindical tem de ser um congresso não só de direcções sindicais mas um congresso que conte com a participação de todos os trabalhadores.

O Congresso Sindical tem de representar um passo em frente não só na defesa da unidade e da democraticidade contra todos os que as atacam, mas também, na definição clara de um programa de luta que, recusando o «pacto social» do capitalismo de miséria e a colaboração de classes, avance decididamente na construção da alternativa popular para a crise do capitalismo.

Um congresso de todos os sindicatos e de todos os trabalhadores só será possível se, do princípio ao fim, a democracia operária for respeitada, isto é, se a discussão nos locais de trabalho e assembleias sindicais for uma realidade, se as decisões forem tomadas em assembleias devidamente convocadas e não deixadas ao livre arbítrio de cada direcção sindical, se as manobras e negociatas de cúpula forem ultrapassadas pela força da discussão e da unidade consciente e combativa da base sindical.

Um congresso de todos os sindicatos não significa que devam participar no Congresso os sindicatos paralelos criados pela burguesia para dividir o movimento sindical. Defender a unidade sindical significa não admitir no seio do Congresso sindicatos criados exclusivamente para a atacar. Face a esta questão a posição dos revolucionários só pode ser a de defender a participação do sindicato cuja assembleia constituinte devidamente convocada tenha sido realizada primeiro, em todos os casos em que mais do que um sindicato apareça a pretender representar os mesmos trabalhadores.

Erguer um congresso democrático de todos os sindicatos e de todos os trabalha-

dores exige a luta sem tréguas pelos seguintes princípios:

— a exigência permanente da divulgação e discussão de todos os projectos de regulamento do Congresso (até agora foram tornados públicos os do Secretariado da Inter, do sindicato dos Textéis, Lanifícios e Vestuário do Sul e do Sindicato dos Rodoviários de Setúbal).

— a luta pela realização de assembleias gerais ou plenários de delegados sindicais que na base de discussão nos locais de trabalho mandatem as direcções sindicais para defenderem na próxima reunião geral de sindicatos as posições definidas nessas assembleias, e não as da sua cabeça ou do seu partido.

— a luta por um regulamento democrático baseado nos seguintes pontos:

1. Os delegados eleitos na base devem constituir a maioria das delegações de cada sindicato ao Congresso, sendo os restantes elementos membros das respectivas direcções.

2. Os delegados eleitos na base devem respeitar uma proporção que garanta o respeito pela dimensão de cada sindicato e a certeza de que a sessão final do Congresso não se reduz a uma reunião sem expressão, nem se confunda com um comício.

3. Os delegados deverão votar individualmente no Congresso, única forma de os delegados eleitos na base serem verdadeiros delegados e não meros apêndices das representações das direcções.

4. As propostas de listas para o secretariado da central sindical única deverão poder ser feitas por sindicatos que representem um número de trabalhadores de tal modo que nenhuma posição representada no Congresso seja silenciada.

— A luta por uma comissão organizadora, que se constitua respeitando os critérios de representatividade do sector, região e expressão das várias correntes com tradição de luta no seio do movimento sindical. A constituição da comissão organizadora deve rejeitar claramente o princípio da paridade «proposto» pelas direcções da Carta Aberta. A aceitação desse princípio implicaria a aceitação do direito de tendência antes mesmo da discussão e decisão por todos os trabalhadores — este é mais um exemplo da «democra-

cia» dos divisionistas.

c) **LUTAS SEM DESFALECIMENTOS PELA DEFESA DA CENTRAL ÚNICA; LUTAR SEM DESFALECIMENTOS PELA TRANSFORMAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA NUMA CENTRAL DEMOCRÁTICA, APARTIDÁRIA E DE CLASSE.**

Aos revolucionários cabe a pesada tarefa de dirigir o combate contra todas as manobras da burguesia e do imperialismo para dividir o movimento sindical. Os reformistas, com a sua política de namoro com a social-democracia e conciliação com a burguesia, já mostraram que no momento decisivo optarão por organizar a sua própria central controlada partidariamente (aliás, já optaram, pois essa é a sua linha) em vez de lutarem até ao fim pela unidade.

O movimento sindical capaz de ser o pilar decisivo da resistência popular, só pode ser um movimento unitário, apartidário, democrático e de classe, um movimento sindical que não reúna todas estas características será presa fácil das manobras da burguesia e do imperialismo.

Cabe portanto aos revolucionários lutar pelos seguintes objectivos:

— defesa da unidade sindical contra todas as tentativas de implantar o pluralismo sindical;

— defesa da democracia interna nos sindicatos e na central sindical contra todas as manobras de cúpula, as práticas antidemocráticas e o afastamento sistemático dos delegados sindicais e dos trabalhadores das decisões fundamentais;

— defesa da democracia operária contra as tentativas de infiltração da ideologia burguesa no movimento sindical, nomeadamente o direito de tendência;

— defesa da autonomia e da independência do movimento sindical face ao Estado, à Igreja, e aos partidos políticos;

— defesa intransigente de uma linha de classe contra todas as tentativas de implantar a colaboração de classes;

— Defesa de um sindicalismo de combate sustentado numa orientação antifascista, anticapitalista e anti-imperialista, o que passa por lutar na fase actual por:

1. Não aos despedimentos, emprego para todos.

2. Não à miséria, não ao aumento da exploração, os preços não podem subir mais do que os salários.

3. Não à coacção, defesa e aplicação do controlo operário.

4. Não à ofensiva do Governo limitando o movimento sindical através da legislação antioperária, discussão prévia por todos os trabalhadores acerca das leis em preparação:

Lei sindical;
Lei dos despedimentos.
Lei da contratação colectiva.
Lei do controlo operário.
Lei do direito à greve.

5. Não à exploração e opressão capitalistas, os capitalistas devem pagar a sua própria crise.

Unidade, organização e luta são os princípios fundamentais que devem nortear a acção dos revolucionários e nos levarão a conquistar os nossos objectivos;

O CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES REALIZADO ESTE ANO! A CENTRAL SINDICAL ÚNICA, DEMOCRÁTICA, APARTIDÁRIA E DE CLASSE! O SINDICALISMO DE CLASSE, PILAR FUNDAMENTAL DA RESISTÊNCIA POPULAR A UNIDADE POPULAR GARANTIA DA VITÓRIA SOBRE O FASCISMO, O CAPITALISMO E O IMPERIALISMO!



POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, DEMOCRÁTICA, APARTIDÁRIA E DE CLASSE

Soares — um discurso de direita

O discurso de Soares marca a clara abertura de hostilidades por parte do Governo do Partido Socialista em relação à classe operária.

Soares insinuou que os trabalhadores só queriam era abandalhar a produção, faltando a torto e a direito, por serem preguiçosos e não querem trabalhar; caluniou o proletariado industrial acusando-o de apenas pensar na elevação dos seus salários («a fúria reivindicativa») desprezando a situação do resto dos explorados e oprimidos; ameaçou os trabalhadores com os despedimentos «com justa causa» (invocada pelos patrões contra os elementos de vanguarda); afirmou que revogaria a lei da unicidade sindical, criando as condições legais para a montagem de sindicatos e centrais paralelas que dócil e servilmente permitam a influência organizada dos patrões no movimento operário; culpou a classe operária da crise eco-

nómica, até mesmo na sua própria situação de desemprego, subalimentação, habitação miserável; prometeu a repressão sobre os trabalhadores rurais alentejanos que ocupam 100 herdades que têm de ser restituídas aos agrários; ameaçou as cooperativas agrícolas de restrições ao crédito; pregou a restituição das empresas geridas pelos trabalhadores sobre a intervenção estatal aos patrões que as abandonaram. Em suma, Mário Soares misturou que tentava transformar as empresas em quartéis onde «com uma disciplina livremente consentida, que respeite a hierarquia das competências, aqueles que não trabalham sejam punidos...».

No discurso de Soares há um sem número de promessas aos patrões. Soares garantiu-lhes para aumentarem os seus lucros: **facilidades aos exploradores, repressão sobre os explorados.**

Ele, que é secre-

tário-geral de um Partido que se diz socialista, que tem um programa progressista, não hesitou em afirmar que «é indubitável a aspiração do povo a viver numa sociedade de consumo». Então sr. Soares, que raio de socialismo é que o sr. defende? Quem é que o sr. pensa que é o povo? Confunde-o certamente com os seus amigos, os da sua classe, que eles sim, eles é que querem viver numa sociedade de consumo «sem restrições» pois a elas nunca estiveram habituadas. O sr. Soares teve o arrojo de protestar (em nome dos patrões) contra os médicos das Caixas de Previdência que dão baixa aos trabalhadores, mas não teve uma palavra contra as miseráveis condições de assistência ao povo que tantas mortes e desgraças tem causado.

Especuladores, intermediários, senhores, parasitas de todos os tipos, foram alvo de rasgados elogios por parte do seu

chefe de Governo. Soares prometeu-lhes melhores tempos, maiores possibilidades de se encherem à conta de quem trabalha. E os capitalistas internacionais também não ficaram esquecidos: o 1.º ministro garantiu-lhes que em Portugal reinará a ordem burguesa e que eles serão bem vindos.

O Governo do PS vai passo a passo ficando isolado das massas. A sua histeria antioperária, as suas atitudes e medidas antipopulares vão indignando amplas massas populares que há poucos meses ainda acreditavam nele. Medidas como o pagamento do 13.º mês em papel, apenas contribuem para liquefazer a sua base de apoio. Cabe aos revolucionários conduzir o combate antifascista, numa perspectiva anticapitalista, conseguindo trazer para o seu campo as classes e frações de classe que a política do Governo vai miandando para os braços dos fascistas. Ca-



be às massas populares o seu Governo não são avançarem unidas e organizadas sem qualquer confiança na conciliação com o inimigo. Os revolucionários sabem que Soares, o seu Partido e o inimigo principal, mas tendo consciência que a política antipopular do PS serve o inimigo principal, combatê-lo-ão sem hesitações



NÃO RECUAMOS!

Comunicado da Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular

AO POVO TRABALHADOR PORTUGUÊS

Portugal tem uma Constituição, um Presidente da República, um Governo. Até agora os partidos da burguesia que pediam o voto aos trabalhadores têm feito promessas e mais promessas. É a hora de os trabalhadores verem se as promessas estão a ser cumpridas, se vão ser cumpridas. O VI Governo Provisório antes de acabar tomou medidas para diminuir o nível de vida do Povo. O VI Governo extinguiu-se a fazer decretos que violam a Constituição.

Os trabalhadores têm o direito de exigir que o novo governo de Mário Soares governe a favor do Povo e não contra o Povo. Os trabalhadores têm o direito de exigir que o novo governo tome medidas contra os despedimentos, a alta do custo de vida, a favor da Reforma Agrária e do Controlo Operário.

O Povo trabalhador está atento, o Povo não desarma, o Povo trabalhador não recua.

O Povo trabalhador que apoiou a candidatura de OTELO à Presidência, unindo-se e organizando-se em Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, está disposto a bater-se contra a ameaça do fascismo, a bater-se pelo socialismo, a bater-se para que sejam os capitalistas a pagar a crise que eles próprios provocaram.

No momento presente, os GDUP's devem orientar a sua luta no sentido de levar à prática estas palavras de ordem:

Não recuamos!

Conquistemos a liberdade completa para OTELO e todos os militares progressistas!

Em frente com o congresso dos GDUP's!

Os capitalistas estão a preparar uma vaga de despedimentos. Os patrões querem mais desempregados para fazerem crescer os lucros aumentando os preços

e baixando os salários nos escritórios, nas fábricas e nos campos. Fazem cortes de energia que tiram trabalho nas fábricas e gastam energia em festivais aéreos. Aprovam leis que permitem cortar para metade os dias de trabalho, baixar os salários, aumentar os despedimentos em massas, mas os trabalhadores não aceitam leis que só vêm agravar a crise.

Não recuamos! Não ao desemprego e aos despedimentos!

Os capitalistas aprovaram um decreto para acabarem com o Controlo Operário que os trabalhadores praticam em centenas de empresas, que pretende ainda impedir a organização dos trabalhadores nas empresas estrangeiras e na maioria das empresas portuguesas. Esse decreto do «Controlo de gestão» quer fazer das Comissões de Trabalhadores órgãos de simples fiscalização. Quer impedir as CTs de defenderem o emprego e os salários dos trabalhadores. O decreto do «Controlo de gestão» é mais um ataque às organizações populares de base. Mas as Comissões de Trabalhadores são órgãos de luta.

Não recuamos! Em frente com o controlo operário!

O governo aprovou o pagamento de indemnizações aos Melos, aos Champalimauds e aos latifundiários. E ao mesmo tempo lança uma campanha para a desocupação das casas pelos trabalhadores que vivem em barracas. As forças da repressão estão a impôr despejos. Mas as Comissões de Moradores e as Comissões de Ocupantes prosseguem a luta por uma habitação digna, para todos.

Não recuamos! Não aos despejos!

O governo prepara novos aumentos dos preços do adubo e consente que os fascistas da CAP boicotem a lei do arrendamento rural. O governo acelera as desocupações das herdades do Alentejo para tentar destruir a Reforma Agrária. Mas os trabalhadores do

campo e da cidade, do Norte e do Sul, não consentirão no regresso dos latifundiários.

Não recuamos! Em frente com a reforma agrária! Sim à lei do arrendamento rural! Não às desocupações de terras!

Os latifundiários tentam reconquistar o terreno perdido e os fascistas regressam. A direita avança para pôr as Forças Armadas, GNR e a PSP ao serviço dos patrões, como ainda há pouco aconteceu na luta das conservas no Norte. Consente no regresso de fascistas e golpistas como Spínola, mas não deixa OTELO falar ao Povo, nem permite aos militares progressistas ocuparem os postos a que têm direito. Abolve os golpistas do 11 de Março e publica relatórios falsos e caluniosos sobre o 25 de Novembro, relatórios em que esconde o Golpe de Direita e inventa um Golpe do COPCON. Mas os trabalhadores e os militares progressistas não consentirão que a reorganização das Forças Armadas se faça nas costas do Povo, para colocar as Forças Armadas, a GNR e a PSP ao serviço da repressão sobre os trabalhadores.

Conquistemos a liberdade completa para OTELO e todos os militares progressistas!

A direita avança em todas estas frentes, impondo-se uma resposta firme de todos os trabalhadores unidos e organizados. A consolidação e o alargamento da unidade popular e a organização do Povo trabalhador exige que preparemos o Congresso dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular. O Congresso vai realizar-se com base nas lutas dos trabalhadores nas aldeias, nos bairros, nas fábricas, nas herdades, nos escritórios, nas autarquias locais, nos sindicatos. É um Congresso de mobilização para a luta de todo o Povo trabalhador.

Em frente com o Congresso dos GDUP's!

O abandono dos GDUP pela FSP faz o jogo do PCP

A Frente Socialista Popular abandonou os GDUP's. Invocou razões. aduziu argumentos: o golpismo da UDP/PCP, os atropelos à democracia, a situação organizativa caótica, etc.

Mas será só isso? Serão apenas estas as verdadeiras razões da imtempésta decisão da FSP?

Para ir ao fundo da questão há que ver o que significam os GDUP's para as forças populares em luta, aqui e agora, contra uma direita cada vez mais arrogante e poderosa.

A movimentação popular desencadeada em torno da candidatura de Otelu foi uma manifestação muito grande de vigor e decisão de luta das massas trabalhadoras. Quem seria capaz de prevê-la, num momento em que era visível o desân-

imo das forças populares, após a derrota do 25 de Novembro?

Quem pode, pois, hoje ter dúvidas da importância decisiva que assume para o campo revolucionário a consolidação organizativa dessa poderosa movimentação popular?

Se não bastassem os 800 mil votos em Otelu, a campanha de boatos e calúnias que a direita move aos GDUP's através da Imprensa, Rádio e TV diz bem de como ela teme o salto em frente que eles representam na organização do Movimento Popular. É aliás isto que explica, por exemplo, o relevo dado pela TV à Conferência de Imprensa da FSP.

Cabe perguntar: Serão as «tentativas de manipulação e instrumentalização do processo unitário por parte da

UDP/PCP» razão que torne a atitude agora assumida pela FSP, «imperiosa e inevitável, embora não desejada»?

Dada a importância do que está em jogo uma tal argumentação deixa obviamente muito a desejar.

Por isso há que ir mais longe na análise.

Nem só a direita teme os GDUP's. Também para o PCP eles surgem como «inoportunos» e «perigosos» pois constituem a alternativa revolucionária às teses reformistas que o PCP propaganda junto das massas trabalhadoras. A grande derrota eleitoral que Patu sofreu nas eleições presidenciais, sendo amplamente batido por Otelu nas zonas que o PCP considerava coudadas suas é sinal do perigo que sofre a sua hegemonia junto dos sectores

mais politizados das massas trabalhadoras.

Por isso, em relação aos GDUP's, o PCP tem uma posição clara: é necessário destruí-los.

Há que desacreditar o Movimento de Unidade Popular, há que impedir que o Congresso dos GDUP's se realize pois de outro modo o ascendente das posições revolucionárias junto das massas trabalhadoras poderá tornar-se irreversível...

E são estes desígnios que a decisão tomada pela FSP serve às mil maravilhas.

O abandono do trabalho unitário neste momento e afirmações como a de que «não há condições mínimas para a realização do Congresso dos GDUP's» têm um objectivo evidente: desmobilizar os activistas dos GDUP's, desacredi-



tar a sua imagem. Assim se faz o jogo do PCP, que neste caso coincide com o da direita.

A FSP, força que ao longo de dois anos tem mantido uma posição hesitante entre reformismo e revolução, optou mais uma vez — como já fizera quando da FURI — pelo primeiro.

Não lhe faltarão louvores (e recompensas!) por parte do PCP.

É necessário compreender e denunciar estas manobras. Mas é sobretudo indispensável reforçar o trabalho unitário, lutar por que se desenvolva em moldes correctos, consolidá-lo organizativamente.

É a luta do nosso povo, é a causa do socialismo quem assim o exige.

Em frente com o Congresso dos GDUP's!

Não dar tréguas ao vanguardismo sectário

O Secretariado do Comité Central do M. E. S. divulgou no passado dia 8 de Agosto um documento em que se analisavam as práticas sectárias do P. C. P. (R.) veiculadas pela U. D. P. para o seio dos G. D. U. P.'s e que naquela altura estavam já a assumir aspectos enofementados negativos para o êxito, avanço e consolidação do Movimento de Unidade Popular consubstanciada em torno da prática unitária desenvolvida pelos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular.

É esse documento que passámos a transcrever, na sua maior parte, pois aborda questões cujos reflexos se mantêm e que o Movimento Popular terá de resolver.

(...) Do ponto de vista político e para a esquerda revolucionária a votação em Otelu demonstra à evidência que o Movimento Popular dispõe de uma reserva de forças vivas e actuaes, não perdeu a combatividade e a energia revolucionárias e que no seu seio cresce e ganha corpo uma componente revolucionária (constituída pelo bloco das forças da esquerda revolucionária) indestrutível e com tendência para consolidar e robustecer a sua influência política e organizativa.

Demonstrou também que no bloco das forças da esquerda revolucionária nenhuma se encontra em condições para chamar a si a direcção do Movimento Popular sem grandes riscos de estrangular e matar à nascença a confiança depositada na candidatura de Otelu por largas centenas de milhares de trabalhadores.

A ÚNICA FORÇA TEMÍVEL PELA DIREITA É QUE RESALTA DO RESULTADO ELEITORAL DE OTELU É A FORÇA DA UNIDADE ENTRE OS REVOLUCIONÁRIOS E DESTES COM A CLASSE OPERÁRIA E O POVO EM TORNO DE UM CLARO PROGRAMA DE LUTA

Quem procure chamar

para si os méritos da vitória eleitoral que representou a votação em Otelu, esquecendo ou escamoteando a diversidade e a autonomia estratégica das várias forças que estão empenhadas na construção da organização política de massas, assumirão pesadas responsabilidades históricas perante a classe operária e o Povo português. A organização política de massas a que o povo aspira e que a situação criada pela votação em Otelu exige não pode ser uma Frente de Partidos nem a Frente de Massas de qualquer dos partidos que apoiou a candidatura.

(...) O que a direita teme é que se erga como obstáculo poderoso às suas manobras uma nova força política, independente dos partidos já existentes do ponto de vista orgânico, estratégico e tático, o que não quer dizer que não recolha o melhor da experiência de luta e da participação dos quadros e activistas de cada um deles.

O que a direita teme é que essa nova força política junto à independência a capacidade para no próprio terreno da democracia burguesa ganhar posições significativas (eleições) para as autarquias locais e demais combates do futuro

próximo) veiculando a defesa dos interesses da classe operária e do povo fora do controlo dos aparelhos reformistas e numa direcção só possível de imprimir através da adopção de um programa próprio, democrático e socialista.

É isso mesmo que os reformistas de todos os matizes (desde o PS passando pelo CERESD até ao MSD) e os revisionistas também temem, mal repostos da surpresa que constituiu o fracasso das suas táticas eleitorais para as presidenciais. É por isso que procuram esconder dos olhos do povo a tendência manifestada por largos sectores da classe operária e do povo para confiarem numa alternativa revolucionária, reduzindo o significado da votação em Otelu aos poderes do «homem providencial» da «demagogia das promessas fáceis» ou do «carisma de Otelu».

A TÁCTICA DOS REVISIONISTAS DO PCP PARA DIVIDIR O MOVIMENTO DE UNIDADE POPULAR PASSA POR DESPOLETAR TENDÊNCIAS SECTÁRIAS NA UDP

No caso dos revisionistas do PCP, a sua surpresa esconde não só um «deslize» tático mas a falência de uma estratégia política (a «maioria de esquerda») que viu como um castelo de cartas perante a decisão consciente de uma parte substancial do seu eleitorado em apoiar o militar revolucionário, Otelu Saraiva de Carvalho, em desfavor do político ao estreito serviço dos interesses da tática e estratégia partidárias do PCP (Octávio Patu).

Não podendo reconhecer

a falência da sua política conciliatória, capitulacionista e de pactuação com os interesses da social-democracia representada por Soares, os revisionistas do PCP remetem-se agora a um prudente silêncio acerca das tarefas políticas da hora presente repetindo os seus ataques ao nascente movimento de unidade popular, dividindo as forças que o apoiam entre os recuperáveis (Manuel Serra e a FSP) os maus e já «inimigos da revolução» (UDP/PCP(R)) e os menos maus mas «cada vez mais anticomunistas» segundo um editorial do «Avante» (caso do MES). O PCP procura assim denegar junto da sua indisciplinada base eleitoral a vocação unitária do Movimento de Unidade Popular que se organiza, caluniando as personalidades e as forças políticas que o suportam e apoiam, reduzindo com pesada ironia e bastante inabilidade política, o movimento de apoio a Otelu a uma episódica «euforia populista e esquerdista de nefastos efeitos para a esquerda e para o futuro da Revolução» (...).

Particularmente esta tática dos revisionistas visa despoletar tendências sectárias na UDP, estimular o seu radicalismo e em último grau favorecer o fracionamento da unidade realizada em torno da candidatura de unidade popular de Otelu, paralisar o processo de organização dos GDUP's, esvaziar de conteúdo o seu congresso, reduzindo o nascente movimento de unidade popular a «mais um grupo esquerdista sem ligação às massas» e com um programa caduco incapaz de corres-

ponder aos anseios da classe operária e do povo e portanto facilmente isoláveis nos próximos meses de luta. (...)

A UDP/PCP (R) A PROSEGUIR NA SUA PRÁTICA DE RESPOSTA TACO-A-TACO ACABARÁ POR FAZER O JOGO AOS REVISIONISTAS DO PCP

Da análise da situação actual não podemos deixar de reconhecer que a tática dos revisionistas ameaça alcançar êxito. No engodo aos ataques e calúnias dos revisionistas têm seguido os contra-ataques sectários sempre despoletados e dirilidos, ao nível da luta política parlamentar e da organização de base, pela UDP/PCP (R) que, a não serem combatidos, conduzirão ao afastamento dos GDUP's de largas camadas de trabalhadores e activistas sem partido e de militantes e filiados do PS e do PCP. (...)

É necessário que se lute para a correcção dos desvios vanguardistas sectários. Este combate é que nos empenhámos desde o princípio é essencial para que triunfe uma linha de unidade e se favoreça a construção de uma organização política de massas, forte e combativa, que é o grande e primeiro anseio de largas camadas da classe operária e do povo.

Este combate terá êxito se formos capazes de garantir a aplicação de métodos correctos no trabalho de organização dos GDUP's, não admitindo o afastamento dos camaradas sem partido ou de militantes e inscritos no PS

e no PCP, combatendo a utilização da linguagem estereotipada em quadros da UDP/PCP (R), a sua tendência para recorrer aos «slogans» partidários, à linguagem fácil do «anti-social-fascismo», combatendo a prática da discussão ideológica dos «grandes princípios» que não estejam ligados à definição de um programa prático de luta que corresponda às necessidades do combate das camadas populares que foram atraídas pelo programa da candidatura de Otelu e pela prática de luta dos GDUP's.

A UNIDADE NÃO SE CONSTRÓI ESCONDENDO AS DIVERGÊNCIAS

Ao assumir uma posição pública de crítica a desvios sectários no seio do movimento de unidade popular, o MES é movido por um forte espírito de unidade. A unidade não se constrói escondendo as divergências, mas, pelo contrário, debatendo-as politicamente. (...)

As divergências, as práticas incorrectas de trabalho, não podem servir para acirrar o sectarismo e a guerra partidária. É pondo claramente os problemas e discutindo-os nas estruturas de unidade popular, é substituindo a desconfiança sectária pela camaradagem política, é ligando o debate político à resolução dos problemas imediatos das massas populares, é sabendo aprender com o povo e resolvendo no seu seio as contradições, que se erguerá em bases sólidas e correctas o Movimento de Unidade Popular.

O Secretariado do Comité Central do MES. 4.8.76

AÇORES autonomia ao serviço de quem?

A situação política no arquipélago dos Açores pode caracterizar-se no âmbito político-militar pela ascensão aos lugares do Poder por parte de civis afectos ao PPD e de militares das alas mais conservadoras das Forças Armadas.

Da parte dos sectores separatistas da extrema-direita, FLA, existe um notório retraimento das suas actividades, o que pode ser entendido como compasso de espera, medo de serem objecto de perseguições semelhantes às que no Continente se vêm verificando ou ainda desagregação política por falta de certos apios.

No que diz respeito aos revolucionários o momento é de reorganização profunda e quanto ao PS limita-se a canalizar algumas das aspirações do povo trabalhador açoriano para o parlamento regional que, com total hegemonia PPD, o impossibilita de ter qualquer peso e interferência nas decisões finais.

Quase todas as organizações políticas, como em Trás-os-Montes e noutras regiões, apresentam aqui a sua expressão menor.

Do Governo PPD que acaba de tomar posse fazem parte bem conhecidas personagens que ocuparam cargos de certo relevo na ANP e que se mostraram desde o 25 de Abril separatistas mais ou menos confesos.

Ao nível militar três no-

vos oficiais de patente superior partiram em comissão de serviço para o arquipélago. O ministro da República, o comandante-chefe de todas as unidades estacionadas e o comandante militar, todos eles afectos a sectores bastante conservadores das Forças Armadas e bastante desconhecidos dos problemas que atingem o povo trabalhador em particular e a região em geral.

As classes trabalhadoras e em especial a classe operária, têm vindo a exprimir a sua situação de classe explorada, pela fracção da burguesia que se apoia no PPD, em diversos conflitos sociais, o mais das vezes em reivindicações económicas e em lutas pela aplicação local de leis do trabalho já aplicadas no Continente.

Pela força económica e política que detêm os novos senhores do arquipélago, pelas provas já prestadas ao serviço das forças mais conservadoras e separatistas, pelo seu constante namoro e casamento com os americanos em momentos bem recentes, não acreditamos os revolucionários nem o povo trabalhador que um certo tipo de investigações que no Continente têm sido levadas a cabo nos sectores de extrema-direita, possam ser extensivas aos Açores pois provocariam uma autêntica razião nos actuais detentores do poder económico, político

e militar (incluindo neste a PSP). E se tal não acontecer a FLA conservar-se-á como reserva política capaz de pôr em causa a estabilidade democrática em momentos oportunos como sejam uma ofensiva popular no arquipélago ou no Continente ou com o objectivo de ajudar a derrubar o Governo PS e o actual Conselho da Revolução.

Os jornais estão quase todos nas mãos da burguesia fascista, conservadora ou clerical, sendo pois urgente que não só se desenvolva a Imprensa local mas também apareça um órgão unitário capaz de se identificar com as profundas aspirações populares. A rádio e a TV representam muito da expressão da incompetência dos novos senhores limitando-se a transmitir os piores conselhos da cultura burguesa.

O Instituto Universitário segue desconfiado procurando criar técnicos locais entre as camadas mais ricas, mas mesmo estáis percebendo a ambiguidade do seu futuro não o aceitam preferindo pôr os seus filhos a estudar na Europa ou na América, apesar do seu reitor, suspeito separatista, encomendar constantes estudos a bem pagos técnicos americanos.

Os transportes são difíceis, pois viajar de avião custa um dos preços mais altos entre os praticados em todo o mundo, o que está longe das possibilidades do povo trabalhador. Resta o barco, um único, fazendo a regular carreira interilhas, em condições inferiores ao que seria de admitir.

Muito do baírrismo e regionalismo que encontramos é fruto de quezílias e divergências entre caciques locais e não provém do povo trabalhador consciente das suas necessidades. Porém tal baírrismo, típico de uma burguesia local parasitária, entrava o desenvolvimento do arquipélago, contribuindo assim para multiplicar as con-

dições de exploração do povo trabalhador.

Como base de estacionamento para forças militares estrangeiras, afectas aos países da NATO, serve o arquipélago de laboratório das mais sofisticadas técnicas de espionagem entre blocos militares, recebendo em troca a mão-de-obra portuguesa, mais barata e dura, quer nessas instalações, quer nos seus países — Estados Unidos da América (Lages), França (Flores), países da NATO (S.ta. Maria, S. Miguel, Terceira e Flores) — onde mais de metade da população se encontra.

Recentemente surgiu uma decisão da junta regional de importar tabaco rodésiano. Ora Portugal aderiu ao boicote internacional à Rodésia. Os Açores, por intermédio do seu Governo regional, passam a estar re-

presentados em certas negociações internacionais, integrados na delegação portuguesa. O governo regional defende uma política sindical para o arquipélago baseada num contrato social de paz entre patrões e trabalhadores que não obrigue a que o que for negociado no Continente, sirva para o Arquipélago. Até onde irá o compromisso mútuo PS-PPD, isto é, será que o PS será capaz de dizer nestes e noutros problemas não ao PPD? Estará disposto o governo PPD a aplicar no arquipélago a Lei do Arrendamento Rural, a qual beneficiará seguramente o rendeiro ou procurará deixar tudo como dantes e beneficiar o senhorio? Estará disposto a ceder os baldios às populações que deles se querem servir ou permitirá que continuem na mão dos grandes lavradores?

Não estará o ministro da República suficientemente fora de tudo isto e comprometido com a situação para deixar que tudo role favorável à burguesia?

Algo importante se está a passar nos Açores, parte do nosso país onde já governa o PPD, onde se procura aplicar a social-democracia a uma região que está, sim, madura para receber o verdadeiro socialismo, àquele em que não há mais exploradores e explorados e onde são os trabalhadores que mandam.

Até onde a autonomia dos Açores? Aonde acaba a autonomia e começa o separatismo? Continuarão os cristãos açorianos a acatar uma Igreja na sua maioria separatista, pèpèdista e conservadora?

O povo trabalhador luta e os revolucionários organizam-se.

Campanha de fundos

TRAMAGAL

Um amigo do Poder Popular, 13\$50; Viva o Poder Popular, 10\$00; M. Fonseca, 20\$00; A. Lopes, 20\$00; D. Correia, 10\$00; Brás, 6\$00; A. Borges, 10\$00; Álvaro, 10\$00; A. Marques, 20\$00; J. Valério, 10\$00; Caldeira, 15\$00; Luís Carlos, 5\$00; Um estudante, 20\$00; Um revolucionário, 10\$00; Atilio, 10\$00; Um revolucionário, 40\$00; José Cunha, 10\$00; Um amigo do Poder Popular, 10\$00; V. Dias, 10\$00; Maurício, 20\$00; J. Luis, 10\$00.

TOMAR

Pelo Poder Popular, 50\$00; Pelo Socialismo, 5\$00; Avante pelo Socialismo para construir o comunismo, 50\$00; Anónimo, 6\$00; Anónimo, 20\$00; Pela verdadeira democracia, 10\$00; L., 12\$00; Fernanda, 50\$00.

CEM-SOLDOS

A. Pires, 7\$50; Anónimo, 5\$00; M. Graveiro, 10\$00; M. Gonçalves, 5\$00; M. Rodrigues, 20\$00; L. Maria, 5\$00; A. Vieira, 10\$00; J. Moura, 20\$00; Sousa, 7\$50; Organização Regional de Beja, 2200\$00; Núcleo de Castelo Branco,

500\$00; Organização Regional de Setúbal, 858\$00; Organização Regional do Porto, 1000\$00; EPC, 1600\$00; A. F., 200\$00; M. Luis, 200\$00.

SINTRA

M. Soares, 100\$00; Maria J. Lopes, 100\$00; António M. Oliveira, 100\$00; Paula Lopes, 100\$00; Maria Eduarda, 50\$00; Mário Silva, 50\$00; Mário Martins, 100\$00; Maria Cosme, 100\$00; Maria Odete, 50\$00.

COIMBRA

J.C. (FAPLA), 50\$00; Molinda, 100\$00; Viva o Poder Popular, 50\$00; Mário, 100\$00; M. Margarida, 50\$00; V. Manuel, 100\$00; M. Cândida, 50\$00; Moniz, 20\$00; Vilaça, 20\$00.

ALHOS VEDROS

M. Teresa, 23\$00.

BARREIRO

Operário da CP, 5\$00; Operário da CP, 26\$00; Romão, 12\$00.

LAVRADIO

Maria dos Anjos, 20\$00; Vitória, 20\$00; Luísa, 20\$00; Preciosa, 4\$00.

BADJA DA BANHEIRA

ilda, 20\$00.

LISBOA

Isabel Góis, 20\$00; Ana, 20\$00; Alexandre, 20\$00; Zé, 20\$00; Anibal Garcia, 20\$00; Viva o Poder Popular, 50\$00; Anónimo, 20\$00; S. Miranda, 20\$00; Unidos Venceremos, 50\$00.

RECTIFICAÇÃO

Dado que têm surgido várias dúvidas e erros com a publicação das contribuições para o «Poder Popular» de camaradas residentes no estrangeiro, voltamos a publicá-las hoje, na íntegra.

GENÈVE (SUÍÇA)

Leonel Famoso 500\$00

COLÓNIA

JM Bogalho 500\$00

Grupo «DIE FALKEN»

FRANÇA

Operário português CFTD 500\$00

LONDRES

V. Santos 580\$00

Serviços de Livros e Edições do MES—SLEMES

CADERNO DO MES

- 1 — CONTROLO OPERÁRIO/PODER POPULAR
- 2 — A LUTA DE CLASSES A ESCALA MUNDIAL
- 3 — FRENTE DE LUTA NAS FORÇAS ARMADAS — 6\$00
- 4 — 25 de ABRIL de 1974/25 de NOVEMBRO de 1975 — 19 MESES DE LUTA — 15\$00



CADERNO DO SLEMES

- 1 — PODER POPULAR — Um projecto político? D. Oliveira e M. Vieira — 40\$00
- 2 — O PROCESSO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAREM MOÇAMBIQUE Samora Machel — 40\$00
- 3 — CRISE, PROGRAMA E NOVA OPOSIÇÃO Lúcio Magri — 30\$00
- 4 — A QUESTÃO DO IMPERIALISMO EM V.I. LENINE E ROSA LUXEMBURGO Christian Palloix — 30\$00
- 5 — LUTA DE CLASSES EM PORTUGAL Paul M. Sweezy — 30\$00
- 6 — PERSPECTIVAS SOBRE A COMUNA E A I. INTERNACIONAL EM PORTUGA Jacinto Rodrigues — 50\$00



- 7 — NOTAS SOBRE A QUESTÃO DA TÁCTICA Raul Villa — no prelo

HISTÓRIA DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

- 1 — MANIFESTOS, TESES E RESOLUÇÕES DOS 4 PRIMEIROS CONGRESSOS DA INTERNACIONAL COMUNISTA (I vol)

(no prelo).

FORA DE COLEÇÃO

ANTES MORRER DE PÉ DO QUE TODA A VIDA DE JOELHOS de António Albino Machado — 20\$00

PELO SONHO NÃO VAMOS LÁ de Martinho Marques — 15\$00

SOLIDARIEDADE MILITANTE COM A FRETILIN

Do C.I.D.A.-C. (Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial) recebemos um comunicado em que, prevendo-se para breve a reabertura do debate sobre Timor no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, e relebrando-se o facto de ainda recentemente a conferência dos Não Alinhados em Colombo ter condenado a agressão indonésia e exigido a auto-determinação do povo timor, não aceitando a política dos factos consumados quando estão em jogo os direitos fundamentais dos povos, se afirma:

«Na verdade, a questão de Timor-Leste não está encerrada, e isto por uma razão determinante: o povo timor, que lutou contra o colonialismo português, prossegue a resistência armada contra a ocupação militar indonésia. Há notícias confirmadas de que a Fretilin não está derrotada, de que há numerosos focos de resistência nas montanhas e de que, inclusivamente, ainda há pouco tempo algumas im-

portantes localidades foram libertadas. Apesar das enormes dificuldades, agravadas pelo isolamento geográfico, apesar da desproporção de forças e recursos, em Timor a luta continua.

Em contraste com esta realidade da resistência popular e com as próprias posições das assembleias internacionais, o poder político em Portugal tem mantido um silêncio vergonhoso e indigno perante as tenta-

tivas da Indonésia por anexar aquela antiga colónia portuguesa. O facto de a burguesia «metropolitana» nada ter a ganhar em Timor, leva-a a desprezar aquele povo e a consentir, sem mesmo protestar, que ele seja esmagado pelo mais odioso regime fascista asiático.

A libertação dos militares portugueses presos pela Indonésia foi um acontecimento positivo que pôs termo a uma situação injusta. Mas não podemos aceitar qualquer espécie de chantagem a esse respeito ou admitir que eles tenham servido como moeda de troca para a cumplicidade com a dominação sobre todo um povo. Consideramos por isso preocupante que se comece a aceitar a hipótese de restabelecer relações diplomáticas com a Indonésia, o que equival-



Xavier do Amaral — presidente da Fretilin
Nicolau Lobato — primeiro-ministro
Ermenegildo Alves — vice-ministro da Defesa

Durante uma conferência de Imprensa quando a Fretilin ainda reconhecia Portugal como o único interlocutor válido no processo de descolonização.

ria a sancionar a agressão fascista e a legitimar a violação do direito do povo timor à independência.

O CIDAC apela para todas as forças progressistas portuguesas no sentido de promoverem uma cam-
panha de esclarecimento e mobilização, solidárias com a luta popular em Timor-Leste, exigindo ao Governo uma posição firme de não cedência perante as pressões do imperialismo. Quando se trata de lutar contra o fascismo e a

opressão, seja em que parte do mundo for, a luta é também nossa.»

7 Setembro 1976

C.I.D.A.-C. (Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial)

VIVA A REVOLUÇÃO CUBANA

26 de Julho
XX aniversário
do assalto
ao quartel Moncada

Em 26 de Julho deste ano, altura do vigésimo aniversário do ataque ao quartel de Moncada, o Comité Central do MES enviou uma saudação ao povo cubano e à sua vanguarda revolucionária, o Partido Comunista de Cuba.

Nessa mensagem, nomeadamente, o MES afirmava:

«Esta data, que tem para o povo cubano e para os militantes comunistas de todo o mundo um profundo significado — pois ensina a compreender que nenhuma derrota é definitiva para os revolucionários — tem sido ocasião para o aprofundamento das exigências de luta à luz do internacionalismo militante.

(...) Queremos também recordar neste momento a visita que uma delegação do nosso Partido fez recentemente a Cuba, a convite do PCC, e durante a qual pudemos testemunhar que as vitórias conseguidas pelo povo cubano nos mais diversos domínios, a construção do Poder Popular e o próprio processo de formação do vosso Partido fornecem ensinamentos da maior importância para os revolucionários de todo o mundo e, por isso, também para a luta em que estamos empenhados no nosso próprio país».

Lisboa, 26 de Julho de 1976

VIVA A REVOLUÇÃO CUBANA!
VIVA O PODER POPULAR!
VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

O C.C. do MES

GOVERNO FRANCÊS

Federação das Associações
de Solidariedade com os Trabalhadores
Emigrados (FASTI)
denuncia medidas racistas

A FASTI denuncia o carácter racista das declarações do Senhor Poniatowsky datadas de 21 de Julho de 1976. Numa altura em que a opinião pública está ainda dominada pela emoção provocada pelas recentes agressões no «Metro», as únicas medidas que o Senhor Ministro do Interior revela ao povo francês dizem respeito aos estrangeiros.

Esta maneira de agir tende a fazer crer que todas as agressões são feitas por trabalhadores estrangeiros. A FASTI não pode tolerar esta assimilação. Denunciamos ainda o facto do Ministro do Interior intrometer-se em assuntos que não lhe dizem respeito, sendo do foro da Justiça. Os delinquentes, sejam eles franceses ou estrangeiros estão sujeitos à acção da Justiça e ninguém tem o direi-

to, nem mesmo o Ministro do Interior de os subtrair, mesmo por expulsão que seja, a essa acção.

Vamos encontrar, na realidade, nas declarações do Ministro a linha de acção e de propaganda governamental que tem vindo a ser confirmada cada vez com maior precisão, de há dois anos a esta parte.

Operações «coup de poing» levadas a cabo desde 1974 mais particularmente nos bairros com forte densidade de trabalhadores estrangeiros (a)

Discurso do Senhor Poniatowsky em Nice em 1975 dizendo respeito a «delinquência em meios sociais com forte proporção de estrangeiros».

Decreto do Ministério do Interior de 15/01/76 prevendo um certo número de casos em que a perda da

autorização de residência (carte de résidence) é automática; perda essa que equivale de facto a uma expulsão do país.

Declarações do Senhor Chirac na rádio (TFI) em 19/02/76: «um país no qual há um milhão de desempregados mas no qual há 2 milhões de trabalhadores imigrados é um país onde o problema do desemprego não é irresolúvel» (b)

Expulsões arbitrárias em Abril 76 de 18 trabalhadores emigrados em greve do pagamento de rendas nos lares SONACOTRA, precedidas e seguidas por toda uma política de renúncias ao país de origem exercida de modo sistemático sobre trabalhadores desejosos de ir para França trabalhar (c)

A FASTI denuncia a política do Governo, que

consiste em desenvolver o racismo, tentando fazer suportar pelos trabalhadores emigrantes as consequências económicas e sociais de uma crise de que não são responsáveis.

(a) — espécie de rusgas policiais em que se fecha uma determinada área e se procede à identificação de todas as pessoas assim cercadas. Para dar uma nova imagem da Polícia as primeiras operações «Coup de Poing» (murro) eram acompanhadas por repórteres de TV e Rádio, etc.

(b) — Chirac — primeiro ministro gaulista (UDR) de Giscard.

(c) — Sonacotra — «lares» de acolhimento de trabalhadores emigrantes em camaratas e com altas rendas, para exploração dos emigrantes. Um pouco como em Sines...

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

As golpaças da direita militar e a "normalização da democracia"

«A nossa democracia está em vias de se estabilizar. Temos uma Constituição democrática, um Presidente eleito, uma Assembleia eleita. Vamos ter eleições para as autarquias. Tudo vai a caminho da normalização democrática».

Tudo isto nos é repetido diariamente pelo PR, pelo 1.º-Ministro e pelos vários ministros e generais (graduados ou não), pelos noticiários únicos, pela TV governamental e pelos jornais estatizados.

O próprio empenho com que todo o aparelho de propaganda do Estado (agora redisciplinado) matraqueia estas «suas verdades» é o reconhecimento de que há boas razões para que as massas trabalhadoras duvidem.

E porquê? Porque esta «democracia» continua a significar vida cara e baixos salários, más condições de habitação e de transportes para os que trabalham, enquanto se estabilizam isso sim, a liberdade e segurança daqueles que sempre viveram do trabalho alheio e cuja «função» e poder se esforça hoje por «redignificar». São os senhores, os donos das terras

e os patrões das fábricas, são os capitalistas (ou empreendedores, conforme os gostos).

Porque a «normalização democrática» significa recuperações capitalistas, os trabalhadores não acreditam nela, nem tão pouco a apoiam.

Mas não é só por isto que esta «democracia» é podre é que o próprio sistema formalmente democrático, só se mantém enquanto corresponde ao real equilíbrio de forças. As próprias forças capitalistas que o inventaram — como forma de tapar os olhos e refrear o ímpeto aos trabalhadores, quando estes, pela pujança e determinação da sua luta ameaçam tomar conta do Poder — não hesitam em destruí-lo quando o seu funcionamento lhe estorva os movimentos, desde que se sintam suficientemente fortes para puderem surgir às claras com a sua verdadeira face, bem mais repressiva e odiosa. A história do capitalismo é rica de exemplos: Chile, Espanha, etc.

E o que se passa hoje em Portugal? Será realmente a prática política tão «normal» e «democrática» (mesmo no sentido burguês do termo) como nos querem fazer acreditar?

Terão acabado os golpismos (ou as golpaças) bem como o espírito conspirativo?

Estarão as jogadas de bastidores suspensas e os «velhos processos» aí utilizados substituídos pelo «livre curso do jogo democrático»?

Estarão as Forças Armadas (de que afinal depende em última instância a possibilidade de subsistência do tal «regime democrático») dispostas a cumprir e fazer cumprir a Constituição e a acatar a manifestação por via eleitoral da vontade popular, seja ela qual for?

Pelo contrário. São significativamente numerosos os factos recentes demonstrativos da ofensiva sistemática e progressiva das forças de direita conservadora e fascista. E é com grande apreensão que assistimos à passividade (cúmplice?) do Poder constituído perante o avanço das forças reacçãoárias, que nunca respeitaram nem respeitarão ninguém (regres democráticas ou meros princípios humanitários), que apenas têm

por lema e princípios os seus interesses e a sua ganância de lucros.

A tremenda manobra em curso não é mais do que o golpe de direita em marcha, segura e paciente, pela via legal e constitucional. O Poder constituído, de cedência em cedência, face às exigências da direita, acaba por ser o seu primeiro cúmplice no restabelecimento das limitações aos direitos e eliminação das conquistas do povo trabalhador.

Tais tendências só encorajam a direita, e o Governo PS engana-se se pensa que a direita, quando se sentir suficientemente forte para tal, o poupará na sua sãna revanchista pelos maus tratos que sofreu durante 19 meses do processo revolucionário. A burguesia e o imperialismo não perdoam aos próprios conciliadores!

PIDES EM LIBERDADE BOMBISTAS EM SEGURANÇA

Com a prisão de alguns dos bombistas, alguns espíritos de «boa vontade democrática» ainda julgaram poder ter a ilusão de que agora seria desmantelada toda a rede terrorista e se ia saber toda a verdade, punindo os principais responsáveis.

Desde o Verão do ano passado que se sabe quem foi que pôs as bombas. Já no ano passado Ponte de Lima e o seu Conde eram tristemente conhecidos de muitos trabalhadores portugueses. Já no ano passado Famacil, Rio Maior e Lourinhã ficaram na história triste do terrorismo MDLPista-ELPista-bombista. Já no ano passado veio nos jornais que o cônego Melo da Sé de Braga costumava banquetear-se com Alpoim Calvão e Mira Godinho enquanto o arcebispo D. Francisco fazia sermões «epístas». Foi até num dos banquetes pago pela cóngrua dos fiéis que foi apanhado o Mira Godinho.

Que «protecções e bençãos celestiais» estão a impedir que, para além do que veio nos jornais, que só mostrava peixe miúdo, se mostre publicamente o peixe graúdo? O pior é quando o peixe miúdo, na prisão, começa a falar. E diz coisas que não devia dizer: é a rede que às vezes

apanha nas malhas o peixe graúdo. Fala de mais, o peixe miúdo...

Por isso começam os jogos de pressões. Murrros na mesa e pontapés nas cadeiras do CR, exemplifica estrondosamente Moraes da Silva, CEMFA que, a seguir, parte para a Indonésia.

Entretanto o dito arcebispo D. Francisco teve que fazer uma «oportuna» operação no estrangeiro e o nuncio apostólico mantém conversações com o Poder. Sá Carneiro, em entrevista recente, parece ter perdido a arrogância que lhe é conhecida, mantendo-se à defesa. Pires Veloso em convalescença, no Hospital Militar do Porto sente-se «mais forte e mais rijo do que antes de ter sofrido o acidente». Galvão de Figueiredo, de vice-CEME e candidato a CEME e depois a vice-CEMFGA, de repente é mandado a banhos para os Açores. Não se sabe bem se é desterro se é prémio. Pinho Freire, o general, marca pontos na Força Aérea enquanto o seu superior, major graduado em general Moraes e Silva, dá murrros por ele na mesa do CR. Souto Cruz vai-se desembaraçando de alguns «empecilhos» na Marinha.

Dos cerca de 3000 «pides» resta libertar 11 porque a «lei» manda!

Qual lei? A de 24 de Abril de 1974? Claro, essa mandava os «pides» fazerem o seu serviço!

E, por este andar, e continuando a apelar para os mesmos princípios legislativos de então, que previam a existência de «pides» e foram adoptados sob a sua protecção, dentro de pouco tempo cairemos de novo nessa protecção. Quantos deles já regressaram ao serviço na P. Judiciária, por exemplo?

À sombra do mesmo Código Penal, Spínola regressa e é liberto. E importante este regresso porque dá alento aos seguidores do ex-general. Este agora prepara-se para dizer que é contra os golpes. Depois do 11 de Março não se meteu em mais nenhum!

Mas disse mais: no MDLP de que ele era o chefe há duas tendências: uma democrática. Deve ser a esta que Ramalho Eanes em entrevista ao «Diário de



A direita avança. Soares e Eanes colaboram, pactuam, avalizam...

Notícias» durante a campanha eleitoral, se referiu como séria. A outra seria golpista e terrorista e teria constituído uma cisão do MDLP. Logo ele, Spínola, um democrata de sempre, não teria nada a ver com ela. E até será capaz de colaborar com as autoridades se... as negociações e os jogos de pressão a isso conduzirem.

E exige julgamento, pois já sabe que vai ser libaldol! E a seguir talvez reintegrado nas FA's de onde foi expulso!

Mas entretanto, a que conduzem os ditos «brandos costumes» deste «bom povo»?

ASPECTOS DE UM PLANO BEM URDIDO

Louva-se a rebelião dos comandantes das unidades da Região Militar Norte contra o comandante da Região, pondo em causa a agora tão defendida disciplina militar, no Verão de 75, pondo-se sob as ordens do então comandante da RM Centro, Charais. Que agora é corrido, como era inevitável, pelos que dele se serviram. E substituído, à frente das tropas, pelo autor do primeiro plano de dissolução do MFA (Comissão Coordenadora do Programa) em Agosto de 1974, Hugo dos Santos. A notoriedade que daí lhe adveio deu origem à linha «huguísta». E recebe agora o prémio que já tardava!

No Sul, o agora brigadeiro Beirão corre com o estado-maior de Pezarat pois não confiava nele. Prepara-se com certeza, para o substituir por uma corte de beija-mãos onde vão pontificar marqueses, condes duques, enfim, toda a «nobreza» dos Alentejos «tão vilipendiada pelo seu antecessor».

Na Madeira, a FLAMA avança de vento em pô-

pa pelo poder civil e militar adentro. Nos Açores a FLA faz progressos nítidos. Dando pelo nome de PPD ocupa os postos civis e militares. Na Assembleia Regional preside Monjardino, que diz que temos que apontar para a independência, mas não para já.

No entanto, o «slogan» preferido do presidente Mota Amaral (que muito gostaria de ser ministro dos Negócios Estrangeiros (!?!)) da República Açoriana) será com certeza:

— Independência, já! Tudo mais uma vez com a benção do Cardeal açoriano-americano de Boston, Medeiros, e com a ajuda dos dólares da burguesia que domina e colónia açoriana nos EUA e o que lhe está por trás.

CONCLUSÃO

A tudo isto assistem, impávidos e serenos, os «poderes constituídos».

Eanes e Soares colaboram, pactuam, avalizam.

Enganam o povo com palavras tranquilizadoras, escondendo a manobra que se desenvolve.

Garantem que tudo se normaliza, se estabiliza. Exigem disciplina e austeridade.

Manuel Alegre consegue dar o tom épico adequado à leitura da legislação repressiva, erguendo a ameaça de reduzir drasticamente os direitos de reunião e manifestação.

Soares quer impor aos sindicatos o aumento do tempo de duração do trabalho, a limitação das greves e «certas medidas económicas, que visam disciplinar o mundo do trabalho».

Os trabalhadores desconfiam e discordam. E têm toda a razão!



Spínola em «liberdade plena» por «falta de provas»! Não houve 11 de Março? Não morreu o soldado Luis? Não fugiu o general de helicóptero?